Sexta-feira, 26 de setembro de 2025 I Série — Número 21

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 25 DE SETEMBRO DE 2025

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
Susana Alexandra Lopes Correia

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 232/XVII/1.ª.

No âmbito da ordem do dia fixada pelo CH, procedeu-se à discussão e votação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.os 124/XVII/1.ª (CH) — Atribui a qualificação de profissão de desgaste rápido, bem como a atribuição de subsídio de risco, aos bombeiros de associações humanitárias e aos sapadores florestais, que foi rejeitado, 144/XVII/1.ª (CH) — Define o regime de horário de trabalho dos bombeiros sapadores das autarquias locais e reconhece a profissão como de risco e de desgaste rápido, bem como o regime de aposentação ou reforma, que foi rejeitado, 168/XVII/1.ª (CH) — Determina a proibição da comercialização de madeira ardida resultante dos incêndios florestais, que foi rejeitado, 169/XVII/1.ª (CH) — Aprova medidas de proteção aos povoamentos florestais percorridos por incêndios, que foi rejeitado, 173/XVII/1.ª (CH) — Aumenta a moldura penal do crime de incêndio florestal e equipara os incendiários a terroristas, que foi rejeitado, 211/XVII/1.ª (CH) — Estrutura dos quadros das associações humanitárias de bombeiros, carreira e estatuto remuneratório dos bombeiros voluntários, que foi rejeitado, do Projeto de Resolução n.º 252/XVII/1.ª (CH) — Recomenda a criação de

um fundo nacional de proteção às famílias dos bombeiros das associações humanitárias, destinado a apoiar os agregados afetados por morte ou incapacidade em serviço, que foi rejeitado, dos Projetos de Lei n.os 133/XVII/1.ª (PCP) — Reconhece a profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido (oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril), que foi rejeitado, 163/XVII/1.ª (PAN) — Torna obrigatória a imposição de pulseira eletrónica aos condenados pela prática do crime de incêndio florestal que estão em liberdade, alterando o Código Penal, que foi rejeitado, 172/XVII/1.ª (PCP) — Reforça os direitos e regalias dos bombeiros, procedendo à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território nacional e à quarta alteração à Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto, que define as regras do financiamento das associações humanitárias de bombeiros, que foi aprovado, 230/XVII/1.ª (BE) — Atribui aos bombeiros o estatuto de profissão de risco e de desgaste rápido, confere o direito ao subsídio de risco e penosidade e à cumulação de suplementos remuneratórios e antecipa a idade da reforma, que foi rejeitado, e dos Projetos de Resolução n.os 305/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a criação de uma unidade de missão para a reorganização estrutural do setor operacional dos bombeiros, que foi aprovado, 306/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que, no âmbito da Reforma do Estado, simplifique e reorganize a defesa da floresta contra os incêndios, que foi aprovado, e 307/XVII/1.ª (PS) — Recomenda a valorização profissional dos bombeiros e o reforço do investimento na proteção civil e nos corpos de bombeiros. Após a intervenção inicial do Deputado Pedro Pinto (CH), usaram da palavra, a diverso título, os Deputados António Rodrigues (PSD), Paula Santos (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Andreia Galvão (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Eurídice Pereira (PS), Nuno Gabriel (CH), João Antunes dos Santos (PSD), Cristina Rodrigues (CH), André Rijo (PS), Jorge Pinto (L), Jorge Miguel Teixeira (IL), André Ventura (CH), Filipe Sousa (JPP), Eliseu Neves (CH), Isabel Alves Moreira (PS), Nuno Jorge Gonçalves (PSD), Pedro do Carmo (PS), Manuela Tender (CH), Dália Miranda (PS) e Fernando Queiroga (PSD).

O Presidente (Marcos Perestrello) encerrou a sessão eram 17 horas e 47 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde. Peço aos Srs. Agentes da autoridade que abram as portas das galerias, para que o público possa assistir aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 2 minutos.

Pausa.

Vamos dar início à nossa sessão. Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler o expediente que tiver.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, anuncio à Câmara que deu entrada na Mesa, e foi admitido pelo Sr. Presidente, o Projeto de Lei n.º 232/XVII/1.ª (BE).

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Então, vamos entrar no primeiro ponto dos nossos trabalhos, que consiste numa fixação da ordem do dia, requerida pelo Chega, de discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.os 124/XVII/1.ª (CH) — Atribui a qualificação de profissão de desgaste rápido, bem como a atribuição de subsídio de risco, aos bombeiros de associações humanitárias e aos sapadores florestais, 144/XVII/1.ª (CH) — Define o regime de horário de trabalho dos bombeiros sapadores das autarquias locais, e reconhece a profissão como de risco e de desgaste rápido, bem como o regime de aposentação ou reforma, 168/XVII/1.ª (CH) — Determina a proibição da comercialização de madeira ardida, resultante dos incêndios florestais, 169/XVII/1.ª (CH) — Aprova medidas de proteção aos povoamentos florestais percorridos por incêndios, 173/XVII/1.ª (CH) — Aumenta a moldura penal do crime de incêndio florestal e equipara os incendiários a terroristas, 211/XVII/1.ª (CH) — Estrutura dos quadros das associações humanitárias de bombeiros, carreira e estatuto remuneratório dos bombeiros voluntários, do Projeto de Resolução n.º 252/XVII/1.ª (CH) — Recomenda a criação de um fundo nacional de proteção às famílias dos bombeiros das associações humanitárias, destinado a apoiar os agregados afetados por morte ou incapacidade em serviço, dos Projetos de Lei n.os 133/XVII/1.ª (PCP) — Reconhece a profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido (oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril), 163/XVII/1.ª (PAN) — Torna obrigatória a imposição de pulseira eletrónica aos condenados pela prática do crime de incêndio florestal que estão em liberdade, alterando o Código Penal, 172/XVII/1.ª (PCP) — Reforça os direitos e regalias dos bombeiros, procedendo à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território nacional, e à quarta alteração à Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto, que define as regras do financiamento das associações humanitárias de bombeiros, 230/XVII/1.ª (BE) — Atribui aos bombeiros o estatuto de profissão de risco e de desgaste rápido, confere o direito ao subsídio de risco e penosidade e à cumulação de suplementos remuneratórios, e antecipa a idade da reforma, bem como dos Projetos de Resolução n.os 305/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a criação de uma unidade de missão para a reorganização estrutural do setor operacional dos bombeiros, 306/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que, no âmbito da reforma do Estado, simplifique e reorganize a defesa da floresta contra os incêndios, e 307/XVII/1.ª (PS) — Recomenda a valorização profissional dos bombeiros e o reforço do investimento na proteção civil e nos corpos de bombeiros.

Para a intervenção inicial, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Dispõe de 27 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Gostaria também, nesta tarde, de cumprimentar a Sr.ª Ministra da Administração Interna, mas, mais uma vez, quando se fala de bombeiros nesta Casa, a Sr.ª Ministra prima pela ausência.

Nós percebemos porquê. É difícil a este Governo falar nos bombeiros portugueses, porque nós, normalmente, só nos lembramos da importância dos bombeiros quando chegamos ao verão, quando as terras ardem, quando as populações ficam em risco, quando ficamos todos em sobressalto.

O Chega mostra aqui que é um partido diferente. Trazemos hoje este debate, que é muito importante para os bombeiros portugueses.

E permita-me, Sr. Presidente, que lamente que hoje, mais uma vez, tenham sido impedidos de entrar nesta Casa os bombeiros fardados. Os bombeiros, com aquela farda que se orgulham de envergar e que gostariam

de estar hoje a engalanar nestas bancadas, não puderam, mais uma vez, naquela que dizem ser a Casa da democracia.

Aplausos do CH.

Muito longe e muito mal está a Casa da democracia, quando não permitem que os bombeiros fardados entrem nesta Casa.

Mas o que aconteceu este ano? Ardeu o território que ardeu, que foi muito, e tivemos o maior incêndio de sempre. E o que é que fez este Governo? Foi rapidamente dar apoios.

Não é disso que as pessoas precisam, as pessoas não precisam de apoios, as pessoas precisam é de que o terreno não arda. Precisam que as suas culturas sejam preservadas, porque os apoios, depois, já são escassos, e muitos pecam por tardios.

O PSD, tal como o PS, faz muita propaganda. Denunciámos, aqui, nesta Casa, que os bombeiros ganhavam 3,15 € à hora. Veio a ministra dizer e anunciar que iriam aumentar o vencimento em 25 %. Mas quando? No período crítico dos incêndios.

Pasme-se! Abertura de telejornais, capas de jornais, num nível de propaganda nunca visto. Afinal, o aumento foi apenas por um mês. O aumento foi apenas por um mês, porque parece que o trabalho do resto do ano dos bombeiros não é importante, como se os bombeiros fossem descartáveis, quando precisamos deles! — apenas um mês por ano e podem ir embora e voltar a receber 3,15 € por mês.

Aplausos do CH.

Tudo propaganda de uma ministra que já provou que não tem capacidade para o cargo e para enfrentar uma tragédia como esta. Ficou célebre, tristemente célebre, com o «vamos embora», quando estava a ser confrontada com o que se estava a passar nos incêndios. Foi o reflexo deste desnorte do Governo: uma queria ir embora, outros estavam de férias, e os bombeiros a dar a cara, mais uma vez, pelo País e pelas populações.

Nós temos muito orgulho nesta bancada parlamentar, porque muitos deles, muitos destes Deputados que estão aqui, estavam ao lado das populações a ajudar no combate aos incêndios e a ver do que é que as pessoas precisavam.

Aplausos do CH.

Os bombeiros foram afastados do comando dos incêndios, incêndios geridos por Lisboa ou, permitam-me que diga, pelo «polvo» socialista, espalhado pelo País na Proteção Civil.

No tempo de José Luís Carneiro, hoje líder do Partido Socialista, achamos nós que o problema agudizou-se, com a criação de mais cargos da Proteção Civil. Mas, e os bombeiros? Para os bombeiros, nada; para os outros, tudo.

Mas também as câmaras municipais têm um papel fundamental nesta prevenção e neste combate aos incêndios: fiscalizar a limpeza dos terrenos, implementar o plano municipal da defesa das florestas, tantas vezes esquecido.

Muitos presidentes de câmara apareceram agora, nesta altura. Ninguém os conhecia, ninguém sabia quem eram ou nem sabiam o nome deles. Apareceram este ano, porque existem eleições autárquicas no próximo dia 12 de outubro.

Aplausos do CH.

Estes projetos que apresentamos aqui, hoje, são de elementar justiça.

Quanto aos incendiários, a polícia fez — e bem! — o seu trabalho. Deteve mais de 100 incendiários, mas quase todos estão em liberdade. Como é que é possível? Que justiça é esta, em que alguém que mete a vida de um outro em perigo fica em liberdade? É isto que, tragicamente e infelizmente, acontece em Portugal, todos os anos.

Incendiários equiparados a terroristas? Claro que sim, porque só quem passa pelo flagelo dos incêndios entende o terror que é um incêndio, só quem passa por isso. Bombeiros com a qualificação de profissão de desgaste rápido? Sim. Subsídio de risco? Sim. Acham que não é profissão de risco? Alguém, nesta Casa, acha que um bombeiro não tem profissão de risco?

E tem de se criar, também, o fundo nacional de proteção às famílias dos bombeiros, para apoiar os agregados afetados por morte ou incapacidade, como, tragicamente, todos os anos acontece.

Muito há a fazer pelos bombeiros em Portugal. Haja coragem para aprovar estas propostas que aqui apresentamos hoje. A coragem que têm os bombeiros e que, muitas vezes, falta a muitos políticos nesta Casa.

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar a palavra ao próximo orador, só porque o Sr. Deputado fez aqui referência à proibição em relação ao fardamento dos bombeiros, quero primeiro dizer o seguinte: o respeito e a consideração que temos pelos bombeiros são absolutamente indiscutíveis e são iguais em relação a todos aqueles que dão o melhor de si ao serviço do nosso País. Não é, portanto, nenhuma proibição destinada ou dirigida aos bombeiros.

A segunda questão que queria também aqui deixar presente é que aquilo que está a ser feito é o que foi a prática habitual e a praxe habitual na Assembleia da República. E também sabe que está ainda no prelo um novo regulamento de acesso às galerias, que, quando for aprovado, poderá ou não enquadrar esta situação, e que foi em Conferência de Líderes que, por maioria, foi decidido que assim era. E, como estamos na Casa da democracia e não na Casa «que se diz da democracia», é respeitada a vontade da maioria, e a vontade da maioria assim decidiu.

É só uma clarificação, porque o Sr. Deputado levantou aqui esta questão, para que não ficasse a pairar, em quem nos está a ver, que tinha sido o Presidente, só porque resolveu fazer assim, mas sim porque foi ao encontro daquilo que se fez sentir maioritário na Conferência de Líderes, onde, é verdade, o Chega não concordou com esta situação, mas em democracia funciona a maioria, como o Sr. Deputado sabe, e aqui na Casa da democracia, e não «que se diz da democracia», ainda que por meia razão assim é.

Portanto, dada a clarificação, vou passar agora a palavra, para um pedido de esclarecimento, ao Sr. Deputado António Rodrigues, do PSD.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Esqueceste-te foi de enviar a lei dos estrangeiros!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Pinto, eu diria que a sua intervenção não é uma intervenção de oportunidade, mas, mais uma vez, uma intervenção de oportunismo.

Fala da questão dos bombeiros, mas não pôs acento tónico nessa questão antes de começar o verão, porque estava tão preocupado à espera que o País ardesse, para depois poder falar sobre esta matéria.

Aplausos do PSD.

Mas estamos habituados ao comportamento da bancada do Chega, e, particularmente, de V. Ex.ª, neste tipo de questões, principalmente porque está tão preocupado com a organização dos bombeiros, que só fala das pequenas coisas e não da organização estrutural.

Não fala de como o Governo acudiu às questões importantes, que é acudir às pessoas que tiveram problemas com os incêndios. Só estava preocupado com a área que foi incendiada e não com aquilo que foi incendiado e, principalmente, quando foi posta em causa a vida das pessoas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Preocupado com os incendiários, em vez de com as vítimas.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Mas a questão de fundo, sobre a qual gostava que se pronunciasse, é: está tão preocupado com a falta da presença de alguém do Governo nesta matéria, mas eu diria que também sabe ou deveria saber, se está consciente da discussão que aqui está em causa, que, de uma forma

responsável, este Governo, e já este Governo, está a negociar com todas as estruturas de bombeiros relativamente às suas preocupações.

Mas, mais do que negociar, é neste momento reconhecido que este Governo, já este Governo, respondeu a múltiplas preocupações de associações humanitárias, de sindicatos. São as próprias estruturas de bombeiros que dizem que, pela primeira vez, há quem, em concreto, tem reagido e respondido às questões dos bombeiros.

Aplausos do PSD.

Mas os senhores, como querem continuar com o vosso oportunismo e com a vossa demagogia, única e exclusivamente, desconhecem esta matéria? Não sabe ler, não sabe ver e não sabe auscultar aquilo que os bombeiros têm dito, ou só está preocupado que eles entrem aqui de farda para poder montar mais um momento cénico, para ir para as câmaras ou para que o seu próprio líder possa ir para a frente do Parlamento fazer, mais uma vez, uma reportagem ao contrário daquilo que é a preocupação?

Nós respondemos perante os bombeiros, nós respondemos perante as pessoas e é essa a nossa principal preocupação. E apoiaremos sempre todos os esforços…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Dispõe de 2 minutos. Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): **—** Sr. Presidente, Sr. Deputado António Rodrigues, gosto sempre de o ouvir falar, já que não fala só de imigração, também fala de bombeiros, é importante nós sabermos disso.

É que o PSD fala muito pouco de bombeiros. Olhe, deixe que lhe diga, eu não sei se os bombeiros portugueses estão tão satisfeitos com os senhores. É que aquilo que nós ouvimos — é que nós andamos ao pé das corporações, nós falamos com os bombeiros no terreno —, aquilo que nos dizem é que não estão satisfeitos com os senhores, que os senhores são iguais ao Partido Socialista — iguais.

Ó Sr. Deputado, é que o Sr. Deputado hoje perdeu uma grande oportunidade de estar calado, deixe-me que lhe diga, também. É que o Sr. Deputado vem, apoia um governo, tem uma bancada parlamentar que apoia um governo que, até nos agradecimentos,…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … até nos agradecimentos à Proteção Civil, que ajudou as populações, esqueceu-se dos bombeiros!

Aplausos do CH.

Esqueceu-se dos bombeiros! Foram os senhores que se esqueceram dos bombeiros e, passadas 3 horas, viram o erro que cometeram — não sei se estavam a ver Fórmula 1 ou não, mas viram o erro que cometeram —, e depois vêm agradecer aos bombeiros.

Ó Sr. Deputado, os bombeiros não querem agradecimentos, os bombeiros querem é que os senhores…

Risos do PSD e do CDS-PP.

Os bombeiros não querem agradecimentos, os bombeiros querem é que os senhores aprovem estes sete projetos de lei que o Chega apresenta aqui, hoje.

Aplausos do CH.

Isso é que é importante para a carreira deles e para a vida deles! Isso é que é importante! Conversa? Ó Sr. Deputado, conversa? Conversas, leva-as o vento!

O Partido Socialista também dizia que conversava com os bombeiros. Os senhores conversam, conversam, conversam, mas não fazem nada! Diga-me onde é que estão as propostas concretas para melhorar a vida dos bombeiros. Diga-me onde é que elas estão! Não estão, não têm! Não têm!

E deixe que lhe diga mais: há uma coisa que o senhor não nos dá, a esta bancada parlamentar, é lições de moral em relação aos bombeiros. Nós temos, desde 2019…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … mais de 40 propostas para melhorar a vida dos bombeiros.

Aplausos do CH.

Sabem quantas é que o PSD aprovou? Sabem quantas? Zero. Votaram sempre contra as nossas propostas, e agora vêm dizer que são os senhores que defendem os bombeiros.

Ó Sr. Deputado, tenha um bocadinho de decoro. É que os bombeiros portugueses não têm a memória curta — os bombeiros portugueses não têm a memória curta. Os senhores, sim, têm a memória curta. Os senhores e o Partido Socialista são cúmplices do que acontece na floresta, em Portugal, são cúmplices do desprezo que têm dado aos bombeiros portugueses. São os senhores e o Partido Socialista.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, também para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Hugo Soares. Dispõe de 2 minutos. Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, creio que aqueles que combatem as chamas em nome de todos os portugueses, não precisam que venhamos a esta Câmara reclamar quem mais os apoia, quem mais está do lado deles. Creio que eles sabem que têm um país por trás a apoiar aqueles que dão muitas vezes a vida por cada uma e cada um dos portugueses.

Aplausos do PSD.

Nós, nesta bancada, não alinhamos nesse campeonato. Esse campeonato é o campeonato do populismo, é o campeonato de quem acha que pode ganhar mais um voto…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vocês fazem muito!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … por prometer mais isto ou mais aquilo.

Na verdade, na verdade, as propostas do Chega nesta matéria, Sr. Presidente, são tal qual cheques sem cobertura: prometem muito, mas, na verdade, não pagam nada.

E é por isso, Sr. Presidente, que eu queria perguntar ao Sr. Deputado Pedro Pinto o seguinte, ao Sr. Deputado Pedro Pinto que apresentou um conjunto de propostas neste debate.

Primeira pergunta, o Sr. Deputado Pedro Pinto sabe quanto custa cada uma das propostas que apresenta?

Protestos do Deputado do CH Eliseu Neves.

Devem-lhe estar a dar explicações… Eu espero.

O Sr. Deputado Pedro Pinto sabe quanto custa cada uma das propostas que aqui apresentou? O Sr. Deputado Pedro Pinto sabe e pode elencar as medidas que este Governo já tomou em nome dos bombeiros e das corporações de bombeiros deste País? O Sr. Deputado Pedro Pinto sabe quantos cheques já foram

passados às pessoas que perderam as suas casas e viram o seu património perdido por um governo que, desde a primeira hora, está no território a acompanhar as pessoas?

Aplausos do PSD.

Eu não sei, não sei mesmo se vou ter resposta a estas questões. Mas há duas coisas que eu sei: o Sr. Deputado Pedro Pinto sabe que o Deputado André Ventura, com um galho, é capaz de fingir que apaga um fogo,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já vou responder!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … e que o candidato do Chega, em Vendas Novas, era um incendiário?!

Aplausos do PSD.

Burburinho na bancada do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. Faça favor.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Vocês atropelam crianças!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É isso que vocês fazem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E vocês a atear incêndios!!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, eu fiquei com a ideia de que havia só um pedido de esclarecimento, mas depois o Sr. Deputado Hugo Soares, à última hora, inscreveu-se. Está tudo bem, não tem problema nenhum!

Sr. Deputado Hugo Soares, eu poderia entrar no baixo nível em que o Sr. Deputado gosta de entrar…

Vozes do PSD: — Ah!…

Risos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … mas acho que a nossa bancada é muito superior à vossa, em relação a isso.

Aplausos do CH.

Protestos do PSD.

Sr. Deputado, o meu líder partidário andava ao lado das corporações de bombeiros,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Uma farsa!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … e eu tenho muito orgulho nisso. É que enquanto ele andava ao lado das corporações de bombeiros, o senhor andava a beber *gins* no Algarve.

Aplausos do CH.

Protestos do PSD.

A diferença está aí! E deixe-me que lhe diga, e ainda bem que é líder parlamentar e que tem responsabilidades com este Governo, ainda bem que tem, ainda bem que tem, porque hoje assumiu, nesta Casa,…

Sr. Deputado, eu percebo que está a olhar lá para cima e está a ver alguma coisa lá em cima, mas se me ouvisse era melhor, talvez aprendesse alguma coisa.

Risos de Deputados do CH.

O Sr. Deputado, assumiu hoje, aqui, nesta Casa, que o PSD não vai aprovar estas propostas do Chega, porque a vida dos bombeiros não interessa,…

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Incendiários!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … porque não quer valorizar a carreira dos bombeiros por causa do dinheiro, por causa do dinheiro, assumiu hoje aqui o Sr. Deputado Hugo Soares.

Olhe, Sr. Deputado, para nós, a vida de qualquer bombeiro, de qualquer população, é mais importante…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu já andava a ver os incêndios em 2017!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Passem o cheque! Passem o cheque com a garantia da casa!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … do que o dinheiro, e não tem preço.

Aplausos do CH.

E não tem preço, não tem preço!

Sr. Deputado, não sei se viu as imagens que nós vimos na televisão, porque, no terreno, eu sei que não andou. No terreno nós sabemos que não andou. Quer dizer, andou em algum terreno, mas não foi no terreno ao lado dos bombeiros.

Aplausos do CH.

Nós vimos bombeiros a comerem barritas, porque não tinham nada, porque o Estado lhes fechou a porta. Vimos bombeiros a comerem rações de combate, que era feijão! Bombeiros que trabalhavam há 24 horas nos incêndios, a comerem feijão com um pouco de cebola. Foi isso que os senhores deram aos bombeiros portugueses.

Aplausos do CH.

Protestos do PSD.

Tenham respeito! Respeito pelos bombeiros portugueses, que é aquilo que os senhores não têm. Os senhores não respeitam os bombeiros. Nós, aqui, respeitamos.

Agora, Sr. Deputado, ganhe coragem. Ganhe coragem e aprove estas sete propostas. Ganhe coragem para isso. Mas, sabe, no PSD, a coragem é uma coisa que está muito escassa.

Aplausos do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Zero propostas! Zero propostas!

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra à Sr.ª Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, dirigimo-nos aos bombeiros do nosso País, uma saudação aos soldados da paz e um agradecimento a estes homens e mulheres, que fazem o possível e o impossível para proteger as populações e o território nacional.

Expressamos o nosso reconhecimento pela insubstituível ação dos bombeiros no socorro, no combate aos incêndios, nas intempéries, entre tantas e tantas outras.

Manifestamos a nossa admiração por quem, de forma abnegada, deixa os seus familiares, filhos, de dia ou de noite, e dá tudo pela comunidade, vão para onde for preciso, enfrentando muitas vezes situações que comportam um enorme risco, inclusivamente para si próprios.

É justa a saudação, o reconhecimento e a valorização dos bombeiros.

Mas o reconhecimento e a valorização têm de ter tradução na sua vida e nas suas condições de trabalho e não podem ficar apenas pelas palavras, tem de se refletir nos seus direitos.

É inaceitável que depois de o País ter ardido, dias e semanas seguidas, do combate aos incêndios pelos bombeiros, horas e horas seguidas, levando muitas vezes à exaustão, por vezes sem estarem asseguradas as condições mínimas no plano logístico, descanso, alimentação, entre outros, não tenha havido, do Governo, uma única medida dirigida aos bombeiros. Tudo isto diz muito de um governo preocupado com a sua imagem e que, bem lá no fundo, demonstra um enorme desprezo pelos bombeiros.

Não é só em horas de aperto que os bombeiros são importantes. São importantes, e diria imprescindíveis, todas as horas, todos os dias. São trabalhadores, pais, mães, filhos, que merecem o nosso respeito e são para ser levados a sério.

Ainda não foram pagas as horas nem as ajudas de custo aos bombeiros que combateram os incêndios. Desde logo, isso revela uma profunda desconsideração por quem coloca a sua vida em risco para proteger as populações, bens e território e, por outro lado, tem implicações nas condições de vida e das famílias dos bombeiros.

O PCP não se lembra dos bombeiros quando acontece alguma catástrofe, como ocorreu novamente neste verão com os incêndios, lembramo-nos dos bombeiros todos os anos.

No ano passado, marcámos um agendamento no Plenário da Assembleia da República sobre o reforço dos direitos dos bombeiros, com apresentação de duas iniciativas concretas com esse objetivo. Este ano, nas primeiras semanas desta Legislatura, uma das propostas que entregámos foi o reconhecimento do bombeiro como profissão de risco e desgaste rápido.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, já poderiam ter sido dados passos significativos na valorização dos bombeiros se o PS não se tivesse juntado ao PSD, ao CDS, e à IL, para o impedir. Estes partidos foram responsáveis pela mutilação do projeto de lei que alargava os direitos e regalias dos bombeiros, previstos no chamado Estatuto Social do Bombeiro, reduzindo bastante o seu alcance, por um lado. E, por outro, foram utilizados expedientes no processo de especialidade relativo ao reconhecimento do bombeiro com profissão de risco e desgaste rápido, para o prolongar, obstaculizando a sua conclusão em tempo útil, como se veio a verificar.

Não desistimos, muito menos nos damos por vencidos, e, por isso, retomamos as nossas propostas, porque são justas e necessárias e vão ao encontro das reivindicações dos bombeiros.

Estão hoje em discussão duas iniciativas legislativas do PCP.

A primeira, o reconhecimento da profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido. Não são poucas as circunstâncias em que os bombeiros enfrentam condições adversas e extremamente difíceis, elevados graus de pressão, expostos a um grande desgaste físico e emocional. Assim, para além do reconhecimento formal do risco e do desgaste rápido, propomos que seja acompanhado de mecanismos de prevenção e da respetiva compensação, nomeadamente a redução da idade de reforma sem penalização, com 30 anos de desempenho efetivo de funções; a fixação do limite máximo do tempo de trabalho diário e semanal e o aumento do período de descanso entre dois períodos diários de trabalho; a fixação do período de férias em 25 dias; a atribuição do subsídio de penosidade e salubridade em risco, correspondente a 25 % da remuneração base, cujos montantes são integralmente suportados pelo Estado.

A segunda iniciativa, o reforço dos direitos e regalias dos bombeiros, avançamos, com as propostas rejeitadas pelo PS, PSD, CDS e Iniciativa Liberal, na anterior legislatura. A saber: que o direito a épocas

especiais de exames não dependa do tempo de serviço; que o reembolso das propinas no ensino superior dos filhos dos bombeiros não dependa também do tempo de serviço; a dispensa de pagamento de taxas de justiça, dos encargos com processos e dos custos de nomeação do mandatário e respetivos honorários; a criação de um novo apoio, nomeadamente a comparticipação de encargos com lares e outros equipamentos de apoio a idosos para bombeiros com, pelo menos, 15 anos de serviço efetivo e seus cônjuges e ascendentes; o aumento da dotação financeira do Fundo de Proteção Social do Bombeiro.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a aprovação das propostas do PCP abre portas para avanços e para o reconhecimento e valorização, de facto, dos bombeiros nos seus direitos e condições de trabalho.

Os bombeiros estão sempre disponíveis quando é preciso, para acudir às populações e para proteger o nosso território. E a questão que se coloca hoje, neste debate, é se as Sr.as e os Srs. Deputados estão disponíveis para acompanhar as propostas do PCP e responder às reivindicações dos bombeiros.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento.

Para o formular, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, do Chega. Faça favor, tem 2 minutos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, terminou a sua intervenção dizendo que hoje a Câmara vai saber se vamos estar ao lado ou não dos projetos do PCP nesta matéria. Pois eu vou-lhe dizer uma coisa: o Chega vai estar ao lado dos projetos do PCP, nesta matéria.

Aplausos do CH.

E vai estar, porquê? Porque, para nós, de facto, não interessa se é direita, se é esquerda, se é centro;…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … se é bom para os bombeiros, é bom para Portugal e é assim que nós fazemos.

Aplausos do CH.

Não nos interessa se é esquerda, se é direita.

A grande questão é o que vai o PCP fazer sobre os projetos do Chega: se vai ou não viabilizar os projetos do Chega ou se vai continuar com a cegueira ideológica de dizer que, como é do Chega, não vai votar a favor.

Hoje talvez se jogue, Sr.ª Deputada, aquela coisa da democracia: estamos pelo bem deles ou estamos pelo nosso bem?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Se estivermos pelo bem deles, votaremos como nós votaremos as vossas propostas. Se estivermos pelo vosso bem, ainda que já sejam poucos por esse bem, serão também julgados por isso.

Aplausos do CH.

A Sr.ª Deputada traz hoje aqui algumas propostas, poucas, na verdade, melhor que o Governo e que o PSD, que trazem zero propostas. Já agora, Sr. Deputado Hugo Soares — que já não está —,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É aquela hora em que ele sai. Ele sai às 15 horas e 30 minutos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — … antes de apagar o fogo com o ramo do que com *gin* tónico. É melhor, mesmo assim. É porque se for *gin* tónico, assim percebo-o. É melhor, é melhor!…

Aplausos do CH.

Sr.ª Deputada, em 2017, incêndios de Pedrógão. O PCP apoiava o Governo. Apoios de Pedrógão não vieram, um ano depois, dois anos depois, três anos depois. O PCP apoiava o Governo do PS. Alguma vez o ouvimos dizer «ou dão um apoio às pessoas, ou redefinem a carreira dos bombeiros, ou redefinem o comando dos bombeiros, ou nós vamos embora»? Nunca!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, claro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Porque só se preocuparam em manter o vosso poder, o vosso privilégio e o vosso lugar junto do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Essa é a diferença para nós, Sr.ª Deputada. Se estes senhores aqui ao lado forem embora e deixarem os bombeiros sozinhos, nós, entre eles e os bombeiros, escolheremos os bombeiros. Não temos dúvida! Entre eles e os bombeiros, escolheremos os bombeiros.

Aplausos do CH.

A Sr.ª Deputada, entre eles e o PS, escolhe o PS. É isso que é negativo e é isso que é mau.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Paula Santos, dispõe de 1 minuto e 14 segundos para responder.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, anda, de facto, muito distraído, e compreendo, porque andou mais preocupado com interesses partidários e não propriamente na resolução dos problemas.

O PCP foi quem sempre esteve aqui a defender as populações, o mundo rural e a defender os bombeiros,…

Protestos do CH.

… e as propostas que aqui trouxemos são prova disso, são propostas concretas para valorizar os bombeiros, nos seus direitos, nas suas condições de trabalho.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Em quem é que vais votar?

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Não foi o PCP que faltou, o que faltou foi sempre o PS…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ah, o PS!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … e o PSD e, permita-me dizer-lhe, o Chega e a Iniciativa Liberal, que vieram do PSD e do CDS. Não se esqueça disso, Sr. Deputado.

Risos do CH.

Portanto, a questão aqui, e aquilo que é necessário e que pode marcar a diferença, é a aprovação das propostas do PCP que trazemos hoje a este debate.

Aplausos do PCP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Então não vai votar as nossas!

O Sr. **Presidente**: — Está terminada esta intervenção.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, informo a Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos um grupo de 40 cidadãos da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, um grupo de 60 cidadãos da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Fafe,…

Aplausos gerais.

… um grupo de bombeiros voluntários egitanienses da Guarda, e um grupo de ex-combatentes do Ultramar, também do concelho de Braga.

Aplausos gerais, tendo o PSD, o CH, a IL, o L, o PCP, o CDS-PP, o BE, o PAN, o JPP e Deputados do PS aplaudido de pé.

Agora vou dar a palavra à Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, para a sua intervenção. Dispõe de 3 minutos.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Permitam-me uma palavra especial de saudação não apenas a todos os presentes hoje nas galerias, mas, em particular, aos bombeiros e também aos homens e mulheres que todos os anos nos protegem — às populações, à natureza, aos animais e aos bens — contra os incêndios. Não falo apenas dos bombeiros, mas também da proteção civil, daqueles que estão na linha da frente e as próprias populações que, corajosamente, enfrentam as chamas para defender o seu património e também a floresta.

O PAN parte para este debate de consciência tranquila, porque muitas das propostas que aqui hoje estão a ser debatidas, não só já apresentámos como já votámos favoravelmente, sem qualquer preconceito ideológico, o teor das mesmas.

Para o PAN é absolutamente indigno que, por exemplo, um bombeiro voluntário receba 3,15 € por hora para estar a dar a sua vida pelo seu país, pelos seus companheiros e por aquelas pessoas que estão perante o perigo das chamas.

Apesar de tudo isto, apesar de já sabermos, ano após ano, todos estes problemas, Portugal continua a falhar clamorosamente no combate aos incêndios e, acima de tudo, na prevenção. Continuamos a ter, catástrofe após catástrofe, uma floresta desordenada, onde reina aquilo que são os interesses e o lóbi do eucaliptal e também de outro tipo de monoculturas.

Quando, na semana passada, o PAN aqui apresentou um plano para deseucaliptar o País, não posso deixar de recordar que a AD, o Chega, a Iniciativa Liberal e o PCP se juntaram para chumbar esta proposta e proteger o negócio da celulose.

Mas mais! Temos tantas vezes quem venha aqui com negacionismos climáticos, quando sabemos que as ondas de calor vão tornar cada vez mais extremos aqueles que são os impactos dos grandes incêndios. Quando trouxemos aqui propostas para, por exemplo, que não houvesse um corte de 700 milhões de euros no Orçamento do Estado no combate às alterações climáticas, o que é que aconteceu? Mais uma vez, vimos essa proposta ser rejeitada. Isto protege as populações? Não, não protege.

Vamos também às principais causas dos incêndios rurais, o incendiarismo. Quando o PAN propôs o crime de ecocídio, esta Casa chumbou essa proposta.

Vozes do PSD: — E bem!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — E mal!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Não!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Porque o PSD e o Chega, que bate no peito dizendo que quer os incendiários na prisão, podiam ter aprovado o crime de ecocídio, que é a figura mais próxima que existe da vossa pretensão e que podíamos incluir no nosso Código Penal. E o que é que fizeram? Votaram contra! Votaram contra, mas dizem e batem no peito que os querem na prisão.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Já é crime!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Juntamente com a Iniciativa Liberal, o CDS e o PCP, votaram todos contra.

Protestos do Deputado do CH André Ventura e da Deputada da IL Mariana Leitão.

E isto quando sabemos que o incendiarismo é responsável por 31 % dos casos investigados.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Já é crime!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Já aqui falámos na detenção destas pessoas, na reincidência, mas há aqui uma falha clamorosa na nossa legislação. Desde 2017 que é possível aplicar a pulseira eletrónica, mas, por não ser obrigatória a sua aplicação, só 22 incendiários estão hoje sujeitos a essa medida, o que é inaceitável.

Que alguém que esteja em liberdade condicional ou com pena suspensa não tenha, em épocas críticas, a aplicação obrigatória da pulseira eletrónica como método de vigilância é uma lacuna clamorosa da nossa legislação. É isso que o PAN quer hoje prevenir e esperamos que, finalmente, os partidos que dizem que estão ao lado dos bombeiros e das populações votem a favor desta medida.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Não tenho tempo para responder.

O Sr. **Presidente**: — Não tem tempo para responder, mas o pedido de esclarecimento do Sr. Deputado André Ventura pode ser feito.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Se me derem tempo, respondo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura pode fazer o pedido de esclarecimento, se faz favor. Tem 2 minutos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, sei que a Deputada Inês de Sousa Real não tem tempo, é o que é.

Queria só fazer uma pergunta à Deputada, porque acho que o País também deve saber isto.

Ouvimos a Deputada Inês de Sousa Real, aqui em cima, dizer que defendeu uma reordenação da floresta, que defendeu os bombeiros, que não fazia sentido ganharem 3 € — e não faz, Sr.ª Deputada, efetivamente.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Se tiver tempo, respondo!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Peça metade ao PS, que eles dão, não há problema nenhum. Mas queria perguntar-lhe isto, Sr.ª Deputada.

Estou aqui a ver que projetos é que entraram hoje. O PSD, ao menos, sejamos claros, não tem projeto nenhum, porque não quer saber, tanto lhe faz. Mas o PAN veio aqui falar de tantos temas e o único projeto que tem para a discussão de hoje — e quero perguntar-lhe se isto é verdade — é o Projeto de Lei n.º 163/XVII/1.ª — Torna obrigatória a imposição de pulseira eletrónica aos condenados pelo crime de incêndio florestal que estão em liberdade, alterando o Código Penal.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Ó Sr.ª Deputada, leve-se um pouco a sério a si própria!

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Vem aqui dizer que temos de reordenar a floresta, temos de dar mais dinheiro aos bombeiros, temos de reorganizar a carreira, temos de reorganizar o País, e a proposta que tem para o debate de hoje — porque é importante que eles saibam — é a pulseira eletrónica.

Sr.ª Deputada, deixe-me dizer-lhe uma coisa: a pulseira eletrónica não vai apagar incêndios, não vai reorganizar a floresta e, sinceramente, não vai resolver nenhum problema dos bombeiros.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Portanto, quero perguntar-lhe se foi lapso, se tem outros projetos que ainda vão entrar, ou se é mesmo isso. Porque se foi isso, Sr.ª Deputada,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É o que é!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … com toda a franqueza, mais valia estar calada.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem tempo cedido pela Iniciativa Liberal, portanto, tem 17 segundos, mais a tolerância, para responder. Faça favor.

Vozes do CH: — Oh!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — É a democracia!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Deputado André Ventura, em primeiro lugar, nunca será o Sr. Deputado que me dirá para estar calada.

Aplausos do PS, do L e de Deputados do PSD.

Há um Presidente da Mesa que é o único a quem compete essas funções, dentro das normas regimentais. Já aqui o lembraram do mandatário que tem na sua candidatura, portanto, nesta matéria teria alguma cautela naquilo que diz.

Protestos do CH.

Em relação à questão que colocou, nós temos limite de dois arrastamentos e o Chega rejeitou uma outra proposta de arrastamento que o PAN fez em relação a esta matéria, também sobre o combate aos incêndios, e neste caso…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

Vozes do CH: — Não!

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, não tem mais tempo para falar.

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Os bombeiros sabem o que nós fazemos por eles!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah pois sabem!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ricardo Taxa, quem faz aqui…

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Rodrigo, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rodrigo Taxa, peço desculpa. Estava a ver o Sr. Deputado Ricardo e fiz confusão, desculpe.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Andreia Galvão, do Bloco de Esquerda. Dispõe de 3 minutos.

A Sr.ª **Andreia Galvão** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Começo por saudar os bombeiros que temos hoje a assistir a esta sessão e louvar o vosso empenho no combate aos incêndios. Foi essa coragem que nos salvou do abismo, que protegeu a vida de pessoas e bens numa das alturas mais aflitivas da Nação, face à impreparação do Governo.

O verão de 2025 ficará marcado como um dos mais devastadores da nossa história recente: mais de 216 000 ha ardidos até meados de agosto, o que corresponde a cerca de 2,35 % do território nacional, colocando Portugal no topo da União Europeia em matéria de área consumida pelas chamas.

Todos os anos sabemos que isto vai acontecer, todos os anos somos confrontados com as respostas do Governo, como se os incêndios que assolam Portugal e o Sul da Europa fossem uma novidade. Todos os anos se prometem estudos, todos os anos se diz que foi melhor ou que será melhor e que haverá mais fundos. Todos os anos se tenta isolar esta responsabilidade em alguns incendiários e todos os anos o Governo demite-se da sua responsabilidade, preparando-se para chegar a setembro para impor um tema totalmente diferente no ato de amnésia propositada. Como é possível?

Com a evidência das alterações climáticas prevê-se e vive-se o aumento desmesurado das chamas, a perda de vidas, territórios, bens, o drama para os pequenos e médios agricultores que perdem a sua forma de subsistência.

Num país onde a ruralidade, muitas vezes, é sinónimo de envelhecimento e isolamento populacional, não podemos ter um Governo que se demite. A responsabilidade é prevenir, a responsabilidade é responder às alterações climáticas e proteger o ambiente, a responsabilidade é acionar meios de colaboração europeus e internacionais.

Protestos de Deputados do CH.

Mas, mesmo quando o Governo se demite, há quem apareça. No meio deste cenário estiveram os bombeiros, milhares de homens e mulheres que enfrentaram frentes de fogo de vários quilómetros, temperaturas extremas, risco permanente. Estiveram lado a lado com as populações.

Este ano, uma vez mais, vários bombeiros perderam a sua vida no combate às chamas, nomes que se juntam aos mais de 250 mortos em serviço nos últimos 50 anos. Cada um destes nomes representa famílias destroçadas e comunidades que perderam quem os protegia. A nossa solidariedade e o nosso respeito estão com eles.

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Não é verdade!

A Sr.ª **Andreia Galvão** (BE): — O Bloco de Esquerda reafirma que proteger os bombeiros é proteger o País. É por isso que o nosso projeto de lei atribui aos bombeiros o estatuto de profissão de risco e desgaste rápido, garante o subsídio de risco e penosidade, antecipa e prevê condições dignas de reforma.

É o mínimo que o vosso País vos pode dar de volta. Não vos podemos continuar a exigir heroísmo sem dar ferramentas, reconhecimento e a segurança que merecem.

Portugal não pode aceitar que um verão seja sinónimo de tragédia anunciada. Será também a nossa responsabilidade se não fizermos mais por isso. Não nos podemos dar ao luxo de continuar a chegar atrasados ao passado. É nossa responsabilidade antever o futuro.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Vou agora dar a palavra ao próximo orador, o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP. Dispõe de 6 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, quero cumprimentar todos os bombeiros de Portugal aqui presentes, todos aqueles que assistem a este debate com interesse e todos os que não podem assistir porque estão, neste momento, ao serviço das suas populações, das suas terras e de Portugal.

E não é todos os dias que temos o privilégio de ter a assistir a estes trabalhos antigos combatentes, pessoas que lutaram pelo nosso País, que deram a vida pelo nosso País. Se hoje temos um Parlamento democrático e um país independente, a eles o devemos e obviamente que todos os dias os devemos honrar, pelo que lhes deixo também um cumprimento especial.

Sr.as e Srs. Deputados, este é um debate importante sobre a realidade que decorre dos incêndios que tivemos este ano e de toda uma questão estrutural que temos no País, que está concentrado em algumas medidas que têm a ver, essencialmente, com bombeiros, com a organização do sistema de proteção civil e com florestas.

Isso é suficientemente importante para que nos concentremos no essencial: as soluções. E sinceramente custa-me, custa-me mesmo, que haja uma instrumentalização dos bombeiros, em que andamos a dizer se os bombeiros são mais nossos, se são mais deles, se somos mais nós ou se são mais eles dos bombeiros.

Os bombeiros de Portugal são do País, são das suas terras e têm a sua dignidade. E o que eu acho é que cada um de nós deve, nas funções que exerce, como Deputado, como membro do Governo, como autarca, procurar servir de maneira que o trabalho tenha resultados. E também devemos ser julgados por resultados, não por *slogans*, por deslocações a manifestações e por propostas irrealistas, que sabemos que nunca serão aprovadas.

A dificuldade na política não é fazer a proposta mais agradável, que sabemos que vai chumbada. A dificuldade na política é fazer a proposta exequível que sabemos que pode ser aprovada, ainda que dificilmente, e que mude alguma coisa na vida das pessoas. É isso que a cada um cabe também julgar, a capacidade de o político conseguir efetivamente fazer alguma coisa que mude a vida das pessoas.

E, sobre os bombeiros, há coisas que mudam em concreto e com as quais estamos em dívida para com os bombeiros. E onde é que as encontramos? Encontramo-las no Programa do Governo. Não sou só eu que o estou a dizer aqui: disse-o, numa altura mais crítica e com alguma coragem, o Presidente da Liga de Bombeiros, quando se deslocou à Residência Oficial do Sr. Presidente da República a dizer que, pela primeira vez num programa do governo, estavam estas medidas.

Mas não me esqueci do que disse há 20 segundos: não adianta estar só no Programa do Governo, porque se só pusermos estas ideias no Programa do Governo e não as concretizarmos vamos ser iguais aos outros.

É por isso que é preciso, e o CDS propõe, uma unidade para agilizar o que está no Programa do Governo. E o que é que está?

Desde logo, a criação da carreira dos bombeiros, integrados de forma profissional nos quadros de pessoal das associações humanitárias e reforço dos benefícios e regalias dos bombeiros voluntários. Ou seja, para bombeiros é muito simples: quem serve profissionalmente nas associações humanitárias finalmente tem uma carreira e quem não serve profissionalmente e é bombeiro voluntário tem o estatuto social, como há muito se reclama.

Infelizmente, neste momento, isto é muito assimétrico. Porquê? Porque há autarquias que avançaram e se substituíram à administração central, dando esses privilégios aos bombeiros dos seus municípios, mas há outros autarcas que não o fizeram.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, no concelho ao lado, bombeiros que servem da mesma forma do primeiro, têm condições completamente diferentes, ou não têm sequer essas condições.

Depois, é preciso reorganizar estruturalmente o setor operacional. Com esta organização operacional, não vamos lá.

Há duas questões essenciais: reverter a reforma que o Partido Socialista fez e acabar com os comandos sub-regionais, com a proliferação de salas de operações pelo País, com zonas operacionais a combaterem-se, com comandos sub-regionais a combaterem-se, e fazer uma coisa que é essencial, que é bombeiros comandam bombeiros. Portanto, a estrutura de comando do principal agente de proteção civil, que são os bombeiros, tem de ser comandada por bombeiros, não pode ser confundida com coordenação. Coordenação de proteção civil é uma coisa, comando de bombeiros é outra coisa e gestão operacional é outra coisa.

É necessário implementar progressivamente, em todos os corpos de bombeiros, a profissionalização da primeira intervenção. Isto também é importantíssimo. A profissionalização não tem a ver com a resposta dos bombeiros ser profissional: eles já são muito profissionais, não são é reconhecidos como tal, não são é organizados como tal, não são é pagos como tal e é isso que é preciso mudar.

Depois, há o modelo da contratualização plurianual com os corpos de bombeiros. Foi um Governo PSD/CDS — na altura da troica, a mais difícil — que fez a primeira lei de financiamento das associações humanitárias detentoras de corpos de bombeiros em Portugal. Em 2015, há 10 anos. O Partido Socialista governou, entretanto, e não reviu uma única vez essa lei, que previa uma revisão ao fim de dois anos. Obviamente que esse financiamento está totalmente desatualizado, não faz sentido nesta altura!

O Sr. **André Rijo** (PS): — Pode rever!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Fez sentido naquela altura, para substituir o PPC (Programa Permanente de Cooperação), mas hoje em dia é completamente insuficiente para a realidade dos bombeiros.

Depois, é preciso tipificar a resposta, é preciso perceber que a resposta dos bombeiros num concelho não é igual à resposta no outro, que os meios que um tem de ter não são os mesmos que os outros têm de ter. É preciso ter essa capacidade de planear plurianualmente o investimento.

Para terminar, há a questão da floresta. Nesta questão, há um plano que foi apresentado, discutimo-lo aqui no Parlamento na semana passada.

É preciso fazer duas outras coisas, na reforma do Estado: mudar a quantidade de entidades que mandam na floresta em Portugal, fazer uma reforma drástica das entidades que mexem no território, e outra coisa é mudar mentalidades. É preciso mudar mentalidades para que se olhe para a floresta e para a sua gestão de forma positiva e que não se tenham complexos que impedem…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

Protestos da Deputada do PS Eurídice Pereira.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Eurídice Pereira, do Partido Socialista. Tem 22 minutos.

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Apresento a iniciativa que trouxemos a debate, porque pretendemos ser parte ativa nas soluções que fortaleçam o sistema de proteção civil,

particularmente que alcancem melhorias nas condições afetas aos bombeiros em Portugal, sejam eles profissionais ou voluntários.

Apostamos na sua valorização, até porque estamos perante uma atividade protagonizada por homens e mulheres que constituem um dos mais relevantes ativos do País.

A face mais visível do desempenho dos bombeiros é o combate aos incêndios, que adquire, de facto, particular relevância, mas não esgota, de todo, o desempenho do dia-a-dia.

Para os voluntários, são mais de seis séculos de história. Muitas alterações ocorreram ao longo dos tempos que instaram a adaptações na organização e nas condições de resposta de proteção e socorro. Obviamente, novos desafios aí estão hoje, face a um contexto global de ameaças e vulnerabilidades.

Apresentamos uma iniciativa com vista à valorização profissional dos bombeiros e ao reforço do investimento na proteção civil e nos corpos de bombeiros.

Tendo em atenção o tipo de assuntos, optamos por recomendar caminhos ao Governo, porque ainda é o tempo de ele agir. Aliás, na legislatura anterior apresentámos dois projetos de resolução, um sobre a valorização dos bombeiros voluntários e bombeiros das equipas de intervenção permanente e outro sobre a revisão do Estatuto dos Bombeiros Sapadores, que não chegaram a debate por interrupção da legislatura.

Na altura, foi-nos informado pelo Governo da existência de dois grupos de trabalho para concertação das soluções. Relativamente aos bombeiros profissionais das autarquias locais, houve um acordo com associações sindicais na parte remuneratória e na questão dos suplementos. Esta última, eventualmente, não está absolutamente encerrada, estando em falta a abordagem de todas as outras matérias que, aliás, sinalizamos na recomendação.

É por demais evidente que importa acelerar o processo negocial, exatamente porque houve compromisso do Governo em rever o estatuto dos bombeiros sapadores na sua plenitude.

Quanto aos voluntários, não é conhecido qualquer desenvolvimento, para além de uma questão ligada aos seguros que, aliás, propomos que seja aprofundada, fundamentalmente quanto à adequação dos capitais segurados.

Também a formação é um aspeto de destaque no nosso contributo. Entre 2020 e 2023 foram realizadas mais de 6000 ações para cerca de 79 000 formandos. A Escola Nacional de Bombeiros deve merecer atenção no sentido de se tornar mais adaptada e apta para enfrentar desafios da formação dos bombeiros e até de outros agentes. Sobre este aspeto ficou trabalho feito na pasta de transição entre governos.

Não deixamos de abordar um caminho para um modelo sustentável das associações humanitárias e, consequentemente, dos bombeiros, que passa pela revisão do seu padrão de financiamento.

A proposta deixada na pasta de transição do último Governo socialista aponta para uma solução que tem na base a análise de risco municipal para identificar os recursos necessários.

Protestos do Deputado do PSD António Rodrigues.

Trata-se de avaliar o nível de capacitação de que cada município necessita, não sendo alheia a importância de se estabelecerem, em função disso, contratos-programa.

Acreditamos que este caminho permite um acrescento de profissionalização, enquanto se mantém a matriz voluntária.

Para valorizar os bombeiros é necessário garantir músculo financeiro e previsibilidade às associações. Sobre a antecipação da aposentação, por força do reconhecimento de profissão de desgaste rápido, apontamos, face ao tempo decorrido sem conclusões do trabalho em curso, que se assuma a aplicação que está em vigor relativamente aos bombeiros sapadores a outros profissionais com funções equivalentes nas associações humanitárias.

No entanto, não fechamos de todo este dossiê, para que possa ter aprofundamento amplo e adequado até do número de anos de redução.

Quero dar nota de que o projeto de resolução que apresentamos começa por incidir num primeiro conjunto de propostas que dá continuidade ao processo de robustez do sistema, nomeadamente ao reequipamento quer da proteção civil quer dos bombeiros.

Para o efeito, o reforço do trabalho em rede e da cooperação é essencial, fomentando o envolvimento de quem está e conhece amiúde o território.

O grupo de análise e uso de fogo que mencionamos no reforço da força especial de proteção civil não tem, atualmente, 20 elementos, e é um pilar tecnicamente habilitado de apoio à decisão operacional que tem de conseguir mais efetivos.

Na impossibilidade de elencar ao pormenor todas as propostas, salientaria mais uma ou outra, como é o caso do aprofundamento do programa Aldeia Segura, Pessoa Segura, que obteve ganhos de sensibilização junto das populações, mas que atualmente são só os municípios que fazem iniciativas a suas expensas, justificando-se uma componente financeira nacional, condição que, acreditamos, ajuda na revitalização da medida.

Quando propomos a criação de um dispositivo especial de prevenção de incêndios rurais temos presente ser importante, durante o período de defeso, desenvolver medidas de prevenção sob a coordenação de quem tem essa responsabilidade, no caso o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), pela constatada necessidade de gerir combustível, uma das pedras de toque deste grande problema.

Nesta nossa participação, estamos disponíveis para fazer parte da solução. Daí as nossas recomendações, na certeza de que há aspetos fundamentais a abordar com a celeridade, o empenho e a abertura devidas, nomeadamente a estabilidade do financiamento, valorizar e dar simetria às carreiras, reforçar a prevenção com a gestão de combustíveis e ter em conta a cooperação institucional, evitando fragmentação.

Termino, dirigindo-me aos agentes de proteção civil e, muito, muito em particular, aos bombeiros, para deixar a expressão do nosso reconhecimento e, obviamente, do nosso orgulho.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Nuno Gabriel, do Chega.

Sr. Deputado, tem a palavra, dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Eurídice Pereira, agora é que está visto porque é que perderam o distrito de Setúbal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Os senhores mentem a toda a gente, até aos bombeiros mentem. Não mintam aos bombeiros, que estão aqui presentes!

Aplausos do CH.

Parem de mentir às pessoas!

A marca do PS nesta matéria foi retirar o comando operacional aos bombeiros e passá-lo para a proteção civil, onde meteram os seus *boys* e *girls*, criando um autêntico polvo na proteção civil. Esta é a vossa marca em relação aos bombeiros.

Aplausos do CH.

Ouvi, com algum espanto, a Sr.ª Deputada, com a habitual hipocrisia dos Srs. Deputados, referir o seguinte: reforçar os meios, valorizar os bombeiros, progressão na carreira, valorização salarial, revisão dos modelos de financiamento das associações humanitárias de bombeiros.

Sr.ª Deputada Eurídice Pereira, os senhores tiveram duas maiorias absolutas, três com a geringonça. Porque é que nessa altura não fizeram o que agora, hipocritamente, vêm dizer que vão fazer?

Não enganem os bombeiros!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Eurídice Pereira.

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Gabriel, a tentação de resvalar o «pé para o chinelo» — é assim que o povo diz — é, de facto, fabulosa. O senhor não conseguiu, não sei se em 2 minutos, deixar de fazer sucessivas ofensas e de distorcer a realidade.

Protestos do Deputado do CH Nuno Gabriel.

Considerei muito interessante a marcação deste debate sobre matérias de proteção civil e, obviamente, sobre os bombeiros, um tema que deveria ser discutido com elevação para ter consequência, mas não.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Responda!

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — As picardias sucedem-se às picardias.

Aplausos do PS.

E, em abono da verdade, quem nesta Sala não fez coisíssima nenhuma pelos bombeiros foi o Chega,…

Protestos do CH.

… porque efetivamente,…

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — Eu sou bombeiro! Faço parte deles!

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — … daquilo que conhecemos, é só garganta.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Responda!

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — Portanto, Sr. Deputado, aquilo que gostava de lhe lembrar — caso tenha capacidade de ouvir, o que me parece que é difícil — é que, nos últimos Governos do Partido Socialista, de 2019 a 2024, houve um aumento sustentado de financiamento permanente de 25 %.

Só estou a dar exemplos, mas queria dizer-lhe que, relativamente à profissionalização — matéria extremamente importante e que penso que reivindicam, não é verdade?! —, de 2016 a 2023, as equipas de intervenção permanente passaram de 152 para 753.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CH Eliseu Neves.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Não respondeu a nenhuma pergunta!

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — Portanto, Sr. Deputado, são dois exemplos, poderíamos acrescentar muitos mais.

Aconselhava-o a não cair na tentação, permanente e absoluta, de dizer coisas ao acaso sem,…

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Não respondeu sequer a uma pergunta!

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — … primeiro, ir saber o que é que realmente foi feito.

Aplausos do PS.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Não vai responder!

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado João Antunes dos Santos, do Partido Social Democrata, tem a palavra para uma intervenção, dispondo de 21 minutos e 40 segundos.

Continuação de protestos do CH.

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — É mais difícil trabalhar nisto do que fazer uma pega!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Continue assim! «Chinelo» tem a Sr.ª Deputada, não lhe admito isso!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Ao longo dos anos, o Parlamento tem vindo a transformar-se num espaço de reação, ao invés de ser um espaço, por excelência, de ponderação e discussão. O Parlamento reage aos acontecimentos da sociedade: greves, protestos, manifestações, acidentes, tragédias.

Hoje estamos a discutir um tema que é tão caro à nossa Nação, mas esta discussão foi precipitada pelos acontecimentos recentes, que ninguém desejava: os incêndios do passado verão.

Sempre que ocorre um facto com dimensão política, alguns partidos quase se atropelam a dar entrada de iniciativas legislativas, muitas delas recicladas, muitas delas copiadas. Para alguns partidos isso não importa, o que importa é marcar a agenda parlamentar e política.

Vamos dizer a verdade aos portugueses: esta prática parlamentar e política está longe de ser a prática desejável num país democrático e desenvolvido.

O País precisa que os assuntos sejam tratados com ponderação, discussão, estudo, de forma estruturada, integrada e pensada; não precisa de um Parlamento refém do que pode dar mais ou menos notícias, ou do que pode trazer mais ou menos créditos eleitorais.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Vamos ser sérios. Vamos ser sérios!

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Não haverá um português que ache que a forma como a Proteção Civil em Portugal se organiza não precisa de ser melhorada.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Não haverá também um português que não concorde que as bombeiras e os bombeiros de Portugal merecem todo o nosso respeito e merecem ser mais e melhor valorizados — a nível das carreiras, das remunerações, dos benefícios —, mas não é a cometer os erros dos últimos anos que vamos melhorar o que quer que seja.

Aprovar medidas avulsas, como algumas das que hoje vêm a debate, não vai resolver o problema de fundo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Medidas avulsas!…

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — É preciso tempo, discussão e maturidade para olhar para o enredo em que se tornou o setor dos bombeiros, em Portugal, e encontrar soluções duradouras, estáveis e de futuro.

As Sr.as e os Srs. Deputados sabem tão bem como eu que o primeiro Governo da AD (Aliança Democrática), assim que tomou posse, teve noção da herança que recebera nesta área: uma herança socialista, de inação,

imobilismo, do deixa andar — à boa maneira socialista, os problemas não são para se resolver, são para se gerir.

Protestos da Deputada do PS Eurídice Pereira.

O Governo da AD, neste curto espaço de governação, já mostrou trabalho. Que o digam os bombeiros sapadores, que viram melhorada a sua condição remuneratória. Mas, claro, ainda há muito a fazer. Claro que ainda há muito a fazer!

O Governo da AD está em processo de auscultação dos sindicatos e associações do setor para ter resposta para os bombeiros assalariados das associações humanitárias de bombeiros voluntários, para ter resposta para os bombeiros voluntários, para ter resposta para as associações humanitárias. As carreiras e a melhoria das condições remuneratórios são, obviamente, prioridades deste Governo.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — No que respeita às profissões de desgaste rápido, como é sabido, o Governo da República criou um grupo de trabalho que, de forma transversal, está a apreciar esse enquadramento para várias profissões, onde naturalmente se incluem os bombeiros. Aguarda-se que, muito em breve, as conclusões desse trabalho possam ser públicas e aqui possam ser discutidas.

As Sr.ªs e os Srs. Deputados sabem tão bem como eu que o atual Governo da Aliança Democrática está a trabalhar. O Governo, mais do que ninguém, quer transformar para melhor a organização da Proteção Civil e dos bombeiros em Portugal. É caso para dizer aos partidos da oposição, às Sr.ªs e aos Srs. Deputados: «Deixem o Governo trabalhar, porque o Governo está a trabalhar bem, o Governo está a trabalhar muito e o Governo continuará a trabalhar, pelas bombeiras e pelos bombeiros de Portugal.»

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — No outro dia também estava a trabalhar… na praia!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sem prejuízo do mérito de algumas iniciativas hoje trazidas a debate, a aprovação de remendos e de medidas avulsas seria insistir na mesma receita que nos trouxe até aqui: mais e mais legislação, mais uma alteração, muita confusão e nenhuma solução.

Sr.ªs e Srs. Deputados, mais legislação não significa melhor legislação, e pressa legislativa não significa qualidade legislativa.

O Governo continua empenhado em apresentar um caminho pensado, estruturado, negociado, sustentado, para associações, bombeiros, autarquias, Proteção Civil. Tudo isto está ligado e tudo isto tem de ser repensado.

Ao Partido Chega, além de dizermos que não é com raminhos que se apagam incêndios,…

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

… apelamos para que,…

Protestos do CH.

… pelo menos nesta matéria tão sensível, não se aproveitem da desgraça e da tragédia para obterem dividendos políticos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Devias ter vergonha na cara!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Não se aproveitem do sofrimento, da revolta e,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem vergonha! Vergonha!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — … até, da ingenuidade das pessoas para as manipularem a vosso bel-prazer.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É, lá em Pombal! Tem vergonha na cara!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Respeitem os portugueses, respeitem os bombeiros de Portugal.

Continuação de aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém te conhece! Como é que te chamas?!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Ao PS, dizemos para terem a humildade de assumir que, em oito anos, nesta área como noutras, pouco ou nada fizeram.

Protestos do PS.

Não fica bem a um partido com o histórico do PS enveredar por um caminho irresponsável, à boleia de más práticas dos extremos, em vez de perceber que o atual Governo está a tentar resolver aquilo que o PS não foi capaz ou não quis resolver.

Protestos do PS.

Pede-se ao Partido Socialista mais humildade, mais memória e mais responsabilidade.

As bombeiras e os bombeiros de Portugal, as portuguesas e os portugueses contam com um Governo que está empenhado em reorganizar o sistema de proteção civil, de emergência e de socorro.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Governo está empenhado em valorizar mais e mais as mulheres e os homens de quem todos nós, mais cedo ou mais tarde, em algum momento da nossa vida vamos precisar e a quem Portugal, mais do que aplausos, deve justiça, dignidade e futuro: as bombeiras e os bombeiros de Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tens é de pedir desculpa aos bombeiros! Tens de lhes pedir desculpa!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento da Sr.ª Deputada Cristina Rodrigues, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, há várias notas que tenho de fazer. Desde logo, é uma enorme falta de respeito pelos portugueses dizer que são manipulados pelo Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — As pessoas não são estúpidas!

Aplausos do CH.

As pessoas têm cérebro, e, portanto, mais respeito, Sr. Deputado! Mais respeito!

Aplausos do CH.

Depois, deixe-me dizer-lhe também que é preciso ter uma enorme lata para chegar a este debate com zero propostas…

Vozes do CH: — Zero!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — … e dizer que nós estamos a tentar fazer remendos! Sabe porque é que se fazem remendos?! Porque vocês fizeram um péssimo trabalho ao longo dos anos. Não acha?!

Aplausos do CH.

Sinceramente, com um dos piores anos a nível de incêndios, vocês chegam aqui a falar de remendos! Vocês deviam estar a promover uma reforma estrutural.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — E o que é que fazem? Zero!

Aplausos do CH.

Ninguém aqui falou em estarmos com pressa para legislar. O PSD é que, a torto e a direito, para cada iniciativa legislativa tem de pedir urgência.

Nós estamos a dizer que queremos legislar com responsabilidade. Agora, cabe ao PSD decidir se quer estar do lado dos bombeiros, se quer estar do lado das populações ou se quer continuar aqui a engonhar, sem fazer rigorosamente nada!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Antunes dos Santos, dispõe de 2 minutos para responder. Faça favor.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, respondendo à Sr.ª Deputada do Partido Chega,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Primeiro, diz: «O meu nome é…»

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — … em primeiro lugar, relativamente à interpretação que fez do que possam ser as motivações do eleitorado que vota no Chega, deixo isso para o Partido Chega,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — … e deixo aos portugueses a interpretação de como é que o Partido Chega fala com eles e de como, tantas e tantas vezes, manipula a informação…

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Só vocês é que são espertos!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — … para obter dividendos e créditos eleitorais.

Protestos do CH.

Insisto nesta tecla, porque é a verdade.

Protestos da Deputada do CH Cristina Rodrigues.

Custa ouvir, Sr.ª Deputada, mas é a mais pura verdade: o Partido Chega tem crescido muito à custa de manipulação e de inverdades.

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

É verdade, Srs. Deputados! É verdade!
Quanto ao trabalho nesta matéria, Srs. Deputados, o Governo está a governar.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — O resultado está à vista!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — O anterior Governo da AD estava a fazer trabalho nesta matéria e o atual Governo continua a fazer trabalho nesta matéria.

Protestos do CH.

Não fomos nós que votámos contra uma moção de confiança que fez cair a Assembleia da República. Não fomos nós que interrompemos o ciclo de governação, foram VV. Ex.ªs. Repito, foram VV. Ex.ªs!

Continuação de protestos do CH.

Portanto, deem-nos tempo. Deem tempo ao Governo, porque o Governo vai continuar a trabalhar, o Governo está atento. O Governo está, como sempre esteve, atento às preocupações das bombeiras e dos bombeiros de Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Pinto está a pedir a palavra. Se é para uma interpelação à Mesa…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Mesmo, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Apenas para o Sr. Presidente dizer…

O Sr. **Presidente**: — Ah! Para eu dizer, em nome de…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, Sr. Presidente, é que é importante esclarecer o Sr. Deputado do PSD, cujo nome agora não me recordo,…

O Sr. **Presidente**: — A interpelação é à Mesa, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … que nós vivemos num País livre…

Protestos de Deputados do PSD.

… e que estes 60 Deputados que estão aqui foram eleitos pelo povo português…

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não, não…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … e temos de os respeitar, que foi uma coisa que o Sr. Deputado não fez!

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Isso não é uma interpelação à Mesa!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não, não, não…

Protestos de Deputados do PSD.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Chiu!

O Sr. **Presidente**: — Peço a todos os Srs. Deputados para usarem a figura da interpelação à Mesa com o sentido que ela tem no nosso Regimento.

Serei restritivo, hoje, e tentarei ser sempre, no uso indevido dessa figura para fins que não aqueles para os quais está feita.

Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado André Rijo, do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Hoje não está sombrio, está com uma gravata como deve ser!

O Sr. **André Rijo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Existem atualmente, em Portugal, mais de 400 associações humanitárias de bombeiros voluntários que detêm corpos de bombeiros, estando registados no recenseamento nacional cerca de 30 000 elementos.

As associações humanitárias de bombeiros voluntários são, por isso mesmo, e por mérito próprio, agentes absolutamente centrais na arquitetura do Sistema Nacional de Proteção Civil.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **André Rijo** (PS): — Deve, por isso, ser desígnio nacional discutirmos com seriedade dois objetivos fundamentais: primeiro, assegurar boas condições de financiamento, sustentabilidade e reequipamento para as associações humanitárias de bombeiros voluntários; segundo, aprofundar o caminho da profissionalização dos bombeiros. É isso que o Projeto de Resolução n.º 307/XVII/1.ª, do Partido Socialista, preconiza.

Portanto, para assegurar o objetivo de melhorar as condições financeiras das associações humanitárias de bombeiros é necessário, em primeiro lugar, criar as condições necessárias para proceder a uma revisão do modelo de financiamento das associações humanitárias, designadamente através da fixação de critérios para o desenvolvimento e implementação de contratos-programa tripartidos no seguimento das propostas já transmitidas através da pasta de transição do XXIII Governo Constitucional.

Em segundo lugar, para isto, é necessário atualizar os mapas de risco, reforçando o alinhamento do financiamento com o risco territorial e culminando na adequação do mapa das equipas de intervenção permanente às necessidades identificadas em cada concelho.

Em terceiro lugar, é necessário promover a elaboração e execução de um plano de reequipamento para os bombeiros, em articulação com as comunidades intermunicipais, autarquias e associações humanitárias de bombeiros, tendo como base a análise do risco nacional e municipal e não deixando de recorrer ao financiamento europeu.

Por outro lado, para assegurar o objetivo de aprofundamento da profissionalização dos bombeiros, será necessário: aumentar o número de EIP (equipas de intervenção permanente) existentes e aprofundar o processo

de valorização dos bombeiros que as integram, designadamente através da criação de mecanismos de progressão na carreira e de valorização salarial, tendo em vista a evolução para um estatuto remuneratório próprio; e encetar um diálogo com as associações detentoras de corpos de bombeiros para que esses mecanismos de progressão na carreira e de valorização salarial possam também ser extensíveis aos restantes bombeiros integrantes dos quadros das associações, o que significa, obviamente, melhorar as suas condições financeiras de partida.

Sr.as e Srs. Deputados, a postura do Partido Socialista neste debate importante é a postura de sempre: apresentamos propostas construtivas e bastante concretas e não inviabilizaremos as iniciativas que visem melhorar as condições de financiamento para as associações humanitárias e que valorizem o papel dos bombeiros na sociedade portuguesa, porque fazer-se isso é da mais elementar justiça.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre, tem a palavra para uma intervenção, dispondo de 8 minutos.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Começo também por, em nome do Grupo Parlamentar do Livre, agradecer às populações e aos bombeiros que estiveram na linha da frente, no verão deste ano, no combate aos incêndios e que deixaram as suas vidas e muitas das suas memórias, também, neste combate. A todos eles, um grande e enorme obrigado.

Este é um debate que é importante e que é essencial, mas não deixa de ser irónico termos um partido incendiário a trazê-lo a esta Assembleia.

Protestos de Deputados do CH.

Um partido incendiário em muitos sentidos,…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — É o Rui Tavares!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — … porque só sabe incitar ao ódio e à divisão, só sabe queimar pontes,…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Olha quem!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — … mas também um partido incendiário no sentido mais comum: um partido que tem — veja-se lá! — um mandatário apanhado a provocar incêndios florestais. Um terrorista, de acordo com o próprio partido.

Aplausos do L.

Protestos de Deputados do CH.

Vejamos bem a falta de vergonha!

Mas, mais: este partido é também incendiário porque, sempre que o Livre aqui traz propostas para combater uma das principais razões para o agravar dos fogos florestais em Portugal, as alterações climáticas,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é verdade! Isso é mentira!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — … o Chega vota contra.

Protestos do CH.

Pior, não reconhece sequer as alterações climáticas e o impacto que têm no nosso País. Um partido incendiário!

Aplausos do L.

Na verdade, o Chega é uma caricatura de si próprio. Uma vez mais, neste debate, o Chega é uma caricatura de si próprio.

Protestos do CH.

Não tem propostas, não sabe como beneficiar a vida dos portugueses, por isso berra, Sr. Deputado!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tens de chorar!…

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Berra muito, mostra papéis, porque não sabe o que fazer.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tu não sabes é ler!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Pior, um partido que se presta ao ridículo!

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Calma que há mais. Calma que há mais, Sr. Deputado!

Continuação de protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Um partido que se presta ao ridículo quando, numa ofensa aos bombeiros, numa ofensa às populações, publica um vídeo do Sr. Deputado André Ventura a apagar um fogacho com um raminho.

Protestos do CH.

Uma fantochada que envergonha o País…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o que é que tu fizeste?

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — … e que é uma ofensa aos bombeiros e às populações que naquele preciso momento combatiam os incêndios.

Protestos do CH.

Uma fantochada!

Aplausos do L e da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fantochada é a tua tia!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Mas este debate é importante demais para ficar reduzido à hipocrisia e à incoerência do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não sabes falar!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Quando, daqui a um par de semanas, o *TikTok* ditar a nova temática do dia e o Chega mudar de assunto,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não sabes falar!…

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — … o Livre cá continuará…

Risos do CH.

… para debater a floresta,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É, como a Joacine!…

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — … para debater os bombeiros, para debater a gestão do nosso País.

Protestos do CH.

Porque nós sabemos o que é preciso fazer, nós apresentámos muitas propostas sobre o que é preciso fazer.

Continuação de protestos do CH.

Ainda há uns dias discutimos, por iniciativa do Livre, o reconhecimento da profissão de bombeiro como profissão de desgaste rápido.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Cala-te, pá!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Discutimos, por iniciativa do Livre, a recomendação para a finalização do cadastro da propriedade rústica; propusemos também que o Governo atribuísse um apoio financeiro para o arranque de eucaliptos e limpeza de terrenos; propusemos a valorização dos bombeiros das associações humanitárias; propusemos a profissionalização e formação dos agentes dos sistemas de gestão integrada de fogos rurais; propusemos a contratação de vigilantes de natureza; propusemos a valorização e contratação de sapadores florestais.

Apresentámos dezenas de outras propostas, porque nós não acordámos ontem nem hoje para esta problemática.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — «Aldrabilhas»!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Desde a nossa fundação que sabemos o que é preciso fazer, mas, infelizmente, aqueles que hoje tanto falam não têm estado ao nosso lado, não têm estado ao lado dos portugueses.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

A gestão florestal é um assunto complexo e que envolve múltiplos fatores.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha tanta proposta do Livre!…

O orador exibiu um documento com a ordem do dia impressa.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ainda nesta semana, aqui na Assembleia da República, tivemos oportunidade de ouvir o presidente da AGIF (Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais), que nos deu uma perspetiva muito clara sobre isto mesmo. Dizia-nos que a complexidade deste assunto não nos deve permitir apontar soluções eleitoralistas e simplistas. Dizia-nos também, no Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais

2030, e passo a citar: «Os incêndios mais severos e frequentes resultaram de uma formulação excessivamente simplificada de um problema complexo.»

É isto que nos separa do Chega. Enquanto o Chega tem a sua agenda marcada por chavões securitários, por culpabilizações, por um simplismo atroz de todos os grandes problemas, o Livre vai à raiz dos mesmos.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Vai, vai!…

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — O Livre pensa o planeamento, o Livre pensa a prontidão do País, o Livre quer discutir isto ao longo de todo o ano e não apenas quando os incêndios acontecem.

Protestos da Deputada do CH Cristina Rodrigues.

Onde os senhores são reativos, nós somos preventivos.

Protestos de Deputados do CH.

Porque é este o País em que acreditamos,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Papoilas!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — … é isto que devemos aos nossos bombeiros — mais do que chavões —, é isto que devemos às populações que tudo perderam.

Que no próximo ano isto não aconteça. No que depender do Livre, não acontecerá!

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se fosses trabalhar era melhor, mas não gostas de trabalhar!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Nem sabe do que fala!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês propõem quatro dias de trabalho! Não querem trabalhar!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento. Responde em conjunto?

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não tem capacidade de responder um a um!

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Pinto, veio aqui dizer o Sr. Deputado que a causa dos incêndios são as alterações climáticas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É!…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Não sei se o Sr. Deputado sabe o que é o clima.

Risos da Deputada da IL Mariana Leitão e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

O clima pode criar condições, circunstâncias, pode criar um clima mais propício a incêndios, mas a verdade é que, não sei se o Sr. Deputado sabe,…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Aprendam, aprendam!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — … existem outros países na latitude portuguesa e, nesses outros países, não existem incêndios com a severidade dos que existem em Portugal.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Isso não é verdade!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Por algum motivo isso é, Sr. Deputado, e o motivo é que, em Portugal, a gestão florestal é pior.

Temos uma pior gestão do território, e foi a má gestão do território que criou o grande problema de incêndios que temos em Portugal.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Não é verdade! Está enganado!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Alterações climáticas há em todo o mundo, mas a maneira como os países se adaptam e gerem os seus territórios é que muda.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — O Sr. Deputado é que não sabe o que são alterações climáticas!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Por isso, a discussão sobre os incêndios em Portugal não é uma discussão sobre as alterações climáticas, é uma discussão sobre território e sobre economia.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Ah! Economia…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Dizer, a toda a hora, de cada vez que há uma tragédia no País, que a culpa é das alterações climáticas…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exato!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — … também é populismo, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Também é populismo…

Aplausos da IL.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem! Pois é, pois é!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — … dizer sempre que é culpa das alterações climáticas, como se não pudéssemos fazer nada, como se não pudéssemos gerir melhor a floresta, como se não pudéssemos ter uma melhor economia do interior, como se não pudéssemos já adotar medidas, também, para combater melhor os fogos.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Ó Tavares, mete-te no teu partido! Mete-te no teu partido!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Por isso, Sr. Deputado, não precisa de culpar as grandes tendências do clima…

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Vais, vais! A gente depois conversa!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — … pelo que nós podemos resolver aqui, com políticas concretas da floresta.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Ventura, que dispõe de 2 minutos para pedir esclarecimentos.

Vozes do CH: — Aprendam agora!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Pinto, tenho de lhe dizer isto, porque acho que o País também deve sabê-lo: é preciso — mas o senhor não tem, e por isso não vai levar a mal o que lhe vou dizer — não ter vergonha nessa cara…

Risos de Deputados do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não tem, não tem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … para vir…

Protestos de Deputados do L.

Sei que não tem, por isso é que está a fazer assim,…

O orador apontou o dedo indicador ao rosto e fez movimentos circulares.

… que é toda a sua cara! Eu percebo.

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado André Ventura…

Protestos do CH.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Ah!… Agora?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Então, ele disse-me tudo e mais alguma coisa! Chama-nos incendiários…

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

Contraprotestos do CH.

Vergonha na cara!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Dois pesos e duas medidas!

O Sr. **Presidente**: — Peço… O Sr. Deputado sabe…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Fomos insultados por ele!

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Rita Matias, estou a falar com o Sr. Deputado André Ventura.
Peço que, do ponto de vista da interação pessoal, não exista esse tipo de comentário.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Mas podemos chamar «incendiários»?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É preciso não ter vergonha para vir a este debate dizer que as propostas do Chega são incendiárias.
Até vim confirmar, porque podia ter-me enganado.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Vim confirmar qual é a proposta do Livre para os bombeiros e para os incêndios.

O orador pegou numa impressão da agenda da presente sessão plenária.

Percorri a folha toda e há zero propostas do Livre!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Foi na semana passada!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Zero!

Protestos do L e contraprotestos do CH.

Ou seja, há um debate sobre incêndios…

Aplausos do CH.

Há um debate sobre incêndios e o partido papoila faz zero propostas sobre incêndios.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Zero!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isto não é falta de vergonha na cara?! Isto não é falta de vergonha na cara?!

Aplausos do CH.

Protestos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É o que vocês são: zero!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mais, o que o Livre não quer que se saiba é que, sempre que foram trazidos a esta Casa o suplemento de risco dos bombeiros e a transferência para os municípios para apoiar as associações de bombeiros, o Livre nunca votou a favor do Chega. Escondeu-se atrás das amizades com o Partido Socialista e com o Bloco de Esquerda para votar contra.
Portanto, Sr. Deputado, entre a vergonha de trazer estes projetos e não fazer nada pelos bombeiros, vou dizer-lhe uma coisa: escolheremos sempre ter um bocadinho menos e lutar por aqueles homens e mulheres que estão a lutar por nós.

Aplausos do CH.

Em segundo lugar, Sr. Deputado, talvez tenhamos também outra diferença. Quando acontece alguma coisa no Chega, o André Ventura diz-lhes que têm de sair,…

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **André Ventura** (CH): — … têm de ir embora no próprio dia.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E o Mithá? O que aconteceu ao Mithá?

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Livre faz outra coisa: acolhe terroristas; apoia, nas câmaras municipais, partidos que têm terroristas,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

Risos do Deputado do L Jorge Pinto.

O Sr. **André Ventura** (CH): — … que têm corruptos e que têm antigos condenados. Essa é a diferença do Livre para o Chega.

Aplausos do CH.

Mas eu sei, eu sei que entre ser divisivo — Sr. Deputado, é verdade —, a defender Portugal, e andar lá fora da Assembleia a fazer figuras ridículas, a dizer «Documentos para todos!», nós preferimos fazer assim.

Aplausos e risos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Jorge Pinto dispõe de 3 minutos para responder.

Burburinho na Sala.

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Isso é para mim? Isso é para mim?!

A oradora falou em direção à Mesa.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Reduza-se à sua insignificância! Ninguém falou em si!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Posso fazer uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Presidente**: — Só 1 minuto, só 1 minuto.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Posso fazer uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos?

O Sr. **Presidente**: — Espere aí, só 1 minuto, é que estou a ver a Sr.ª Deputada Isabel Moreira fazer uma referência para a Mesa e não sei o que é. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, o Secretário que está à sua esquerda está a fazer gestos com a boca,…

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — … enviando-me beijos,…

Risos e protestos do CH.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Já ontem foi o mesmo!

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — … e a fazer assim,…

A oradora encostou o dedo indicador, na vertical, sobre os lábios.

O **Secretário** (Filipe Melo): — Nunca na vida! Nunca na vida!

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — … com o dedo no nariz, a fazer «chiu», como quem diz: «Não conte, não conte.»

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É verdade!

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Eu perguntei-lhe diretamente: «É para mim? É para mim?», e ele a fazer assim.

A oradora repetiu o gesto de encostar o dedo indicador, na vertical, sobre os lábios.

Protestos do CH.

Há limites, Sr. Presidente. Há mesmo limites!

Aplausos do PS, do L e do PCP.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — A esta bancada, os vossos Deputados mandam coisas piores!

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, dei-lhe a palavra porque não estava a perceber.
Como pode imaginar, eu não estava a ver. Se isso é assim, poderá fazer realmente como já fez da outra vez, porque a comissão há de ter de se pronunciar.

Risos do Secretário Filipe Melo.

Vozes do L: — Está-se a rir!

O **Secretário** (Filipe Melo): — Claro que me estou a rir! Claro que me estou a rir!

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Registo e farei o devido envio para a comissão, como deve acontecer. Eu não estava a ver, como podem imaginar, não é?
O Sr. Deputado Jorge Pinto tem então a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Era precisamente no mesmo sentido,…

Protestos do CH.

… porque os gestos do Sr. Secretário…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Também eram para o Jorge Pinto?!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — … verificaram-se hoje,…

O Sr. **Presidente**: — Já está…

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — … verificaram-se ontem, e é um desrespeito absoluto pelo funcionamento desta Casa. Gostaria que ficasse registado, também em nome do Livre.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é um teatro!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Delgado Alves…

Protestos do CH.

Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, faça favor.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, não querendo prolongar o incidente, mas só para dar nota do seguinte…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas isto é o quê?!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — É uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — É uma interpelação à Mesa, faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estás aí atrás? Anda cá para a frente!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado…

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Deputado Pedro Pinto, tenha calma! Tenha calma!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Delgado Alves…

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Tem toda a razão, Sr. Presidente, peço desculpa.
Só para dar uma nota adicional, se nos conseguirmos fazer ouvir.
É uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Diga.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — O Sr. Presidente acaba de dar uma resposta à Sr.ª Deputada Isabel Moreira dando nota de que ela deveria queixar-se junto da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados…

O Sr. **Presidente**: — Disse que eu faria remeter.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Disse que faria remeter.
Mas eu deixava só uma observação: a Casa, a Assembleia da República, tem vários órgãos.

Protestos do CH.

Tem um órgão que é a Presidência, composto pelo Presidente e pelos Vice-Presidentes, e tem outro órgão que é a Mesa, e o órgão Mesa tem uma função de condução imparcial dos trabalhos…

O Sr. **Presidente**: — Claro.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — … que vincula todos os seus membros. Consequentemente, a Mesa, ela própria, pode talvez reunir para, em relação ao comportamento inadequado e inaceitável de um dos seus membros,…

O Sr. **Presidente**: — Muito bem…

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — … que põe em causa a imparcialidade na condução dos trabalhos, poder fazê-lo.

Aplausos do PS.

Já agora, Sr. Presidente, para concluir: eventualmente, penso que está ao seu alcance, se se conclui — e acho que é patente, demonstrável documentalmente — que um dos membros da Mesa não está à altura das suas funções, fazer substituí-lo no decurso da sessão por um outro membro da Mesa que as possa cumprir e assegurar.

Aplausos do PS, do L e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Será, em devido tempo e no devido local, feita essa análise.
Sr. Deputado Jorge Pinto, tem a palavra para responder às questões que foram levantadas.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Controlem mas é os machistas da vossa bancada!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Teixeira, fico com dúvidas sobre se ouviu a minha intervenção. Não sei se a sua questão vinha escrita ou se vinha pensada, mas é uma evidência que as alterações climáticas afetam o nosso País, como afetam outros.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Eu não disse isso!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Na verdade, todos os relatórios do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) dizem que afetam Portugal e outros países mediterrâneos. As principais consequências que temos pela frente é o aumento do número e a intensidade dos fogos florestais. Eu próprio o disse aqui várias vezes, ao longo do último ano e meio.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Porquê?!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Deputado André Ventura, surpreendeu-me a sua pergunta, deixe-me ser sincero,…

Vozes do CH: — Oh!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — … não pelo seu estilo cabotino, estamos habituados, não pelos seus excessos, estamos habituados, mas surpreendeu-me porque um partido que fala tanto em segurança, fala tanto em securitarismo, em justiça, quando se está a debater fogos florestais e incêndios, não fala do cartel dos helicópteros.

Aplausos do L.

Protestos do CH.

Surpreendeu-me, porque pensei que era sobre isso que me ia fazer perguntas. Espero que numa próxima ronda — ainda tem tempo — o faça.

Surpreendeu-me também — e desafio-o, quando puser algum vídeo nas redes sociais, a ter como adenda esta minha resposta — não ter conhecimento das propostas que o Livre aqui trouxe.

É que na semana passada, provavelmente o Sr. Deputado estaria lá fora…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não estava a pedir documentos!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — … a fazer alguma provocação, uma enésima provocação, o Livre apresentou aqui propostas que foram discutidas e que foram votadas. Se o Sr. Deputado passasse mais tempo nesta Câmara, talvez as conhecesse e falasse com conhecimento de causa, que se calhar é algo que também lhe custa, dou de barato.

Aplausos do L.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Grande lata!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Mais: quando fala de ridículo — referindo-se a algo que a mim muito me honra, que é a atitude da minha líder parlamentar, Sr. Deputado —,…

Vozes do CH: — Oh!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nós sabemos!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — … algo que vai ficar para os anais do ridículo na política em Portugal é o Sr. Deputado apagar aquele fogacho com aquele raminho.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É, é!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Isso, sim, é ridículo, e dessa mancha o Sr. Deputado nunca se livrará.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Documentos para todos, mas para os portugueses é que nada!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vão para o Bangladesh a seguir. Levem a Isabel a ver se a deixam entrar!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje vai falar, durante 2 minutos, o coração de um autarca que, durante 12 anos, ou mais, esteve ao lado destes homens e mulheres que muito fizeram e fazem por este País. Quero aqui prestar uma homenagem, com seriedade e com justiça, a todos aqueles a quem chamamos «soldados da paz».

Os bombeiros sapadores e os bombeiros voluntários são a linha da frente da proteção da vida humana, das nossas casas e do nosso património natural. São eles que, ano após ano, enfrentam o fogo, a intempérie e o perigo, sempre com o espírito de missão e coragem inigualável.

Alguns destes projetos têm um propósito e uma ambição simples, e que não pode deixar ninguém indiferente: dar dignidade a quem deu e dá tudo por nós. Isto é reconhecer estas funções como profissões de desgaste rápido e garantir aos voluntários um suplemento de risco que valorize a dedicação e o sacrifício.

Não se trata, apenas, de medidas legislativas; trata-se de um ato de reconhecimento nacional, porque a cada bombeiro, sapador ou voluntário, devemos mais do que agradecimentos de verão. Devemos condições justas, dignidade e respeito.

Sobre o regime do horário de trabalho, entendo que as propostas representam uma solução equilibrada e positiva, principalmente na vertente operacional, e vai seguramente valorizar a carreira do bombeiro sapador. Mas terá de haver aqui um debate e uma análise financeira rigorosa sobre o impacto efetivo da aplicação do suplemento remuneratório de 40 %, que ficará integralmente a cargo das autarquias, especialmente os municípios.

Por isso, digo, com toda sinceridade, que apoiar estas iniciativas é, acima de tudo, afirmar que Portugal não esquece quem o protege e que este Parlamento sabe e saberá honrar os verdadeiros heróis do nosso País, que são os nossos soldados da paz.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Eliseu Neves, do Chega.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Olha, Jorge, este é bombeiro. Estás a ver?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ele sabe lá o que é isso!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — No Livre é só sociólogos!

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Ao contrário de muitos que aqui estão nesta Sala, eu estive ao lado do povo português na ajuda ao combate aos incêndios.

Aplausos do CH.

Também quero saudar os camaradas de Machados, que estão aqui presentes, onde o nosso lema continua a ser «vida por vida». Estes, sim, estes são os nossos heróis,…

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.

… e são estes que devemos louvar e reconhecer o trabalho que têm feito por todos nós e por todas as nossas famílias, porque são eles os verdadeiros heróis.

Sr.as e Srs. Deputados, hoje, mais uma vez, este Plenário confronta-se com um verdadeiro crime ambiental, crime económico e crime humano. Falamos do crime dos incêndios florestais que têm destruído este País.

Sr.as e Srs. Deputados, repito, falamos de um verdadeiro crime de terrorismo, a que temos de pôr fim.

Portugal enfrenta, ano após ano, uma das mais graves ameaças ambientais e socioeconómicas da sua história recente. Apesar dos vultuosos investimentos públicos em dispositivos de prevenção e combate a incêndios, em 50 anos — 50 anos! —, PS e PSD não tiveram a capacidade de suprimir este flagelo que destrói *habitats*, vidas humanas, animais e consome centenas de hectares das nossas florestas.

Sr.as e Srs. Deputados, algo vai mal neste País. O negócio da madeira queimada é um tema que não pode ser tabu, mas, sim, um tema da ordem do dia.

Protestos do Deputado do PS Hugo Oliveira.

Esta madeira não terá o mesmo valor comercial como se fosse em verde, mas desenganem-se, Sr.as e Srs. Deputados, alguém lucra, e muito, com este negócio.

Continuação de protestos do Deputado do PS Hugo Oliveira.

Por isso é que o partido Chega apresenta um projeto de lei para que possamos, de uma vez por todas, acabar com os interesses instalados na nossa floresta.

Perante este quadro, o Grupo Parlamentar do Chega entende que é imperioso que Portugal dê um passo decidido na regulação do mercado da madeira queimada e eliminar o incentivo económico que pode estar associado ao fogo posto.

Assim, propõe-se a proibição da comercialização da madeira queimada resultante de incêndios florestais, acompanhada de um mecanismo de compensação justo aos proprietários lesados e da utilização desta madeira exclusivamente para biomassa e produção de energia, sob a coordenação do Estado.

Sr.as e Srs. Deputados, os incendiários devem ser considerados terroristas e devem ter penas de prisão mais agravadas.

Aplausos do CH.

O Chega está, e estará sempre, ao lado dos portugueses, dos portugueses de bem!

Aplausos do CH.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Marcos Perestrello.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Moreira, do PS.

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Vou cingir-me às questões penais. Causar um incêndio é um crime gravíssimo. As alterações ao Código Penal, introduzidas pela Lei n.º 94/2017, previram que a possibilidade de haver suspensão da execução da pena de prisão por crime de incêndio florestal e a liberdade condicional pudessem ser subordinadas à obrigação de permanência na habitação, com fiscalização por meios técnicos de controlo à distância, durante os meses de maior risco de ocorrência de fogos.

Esta lei e muitas das medidas nela previstas contribuem para uma melhor qualidade na investigação aos fogos e é o exemplo de uma alteração ao Código Penal séria e constitucional, porque nenhuma sanção acessória pode ser automática, como pretende o PAN.

O Chega aproveita a tragédia dos incêndios para mentir sobre dados e, com a perceção criada sobre dados falsos, faz o seu ofício. Aumenta penas, neste caso, a partir de uma lógica de equiparação do crime de incêndio ao crime de terrorismo.

Vamos às mentiras. André Ventura utiliza como bandeira, há vários anos, os fogos postos. Desde 2022, o *Polígrafo* verificou que André Ventura…

Vozes do CH: — Oh!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É uma fonte credível!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Esse grande tribunal!

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — … faz uma associação enganosa entre incêndios provocados por mão humana, que incluem queimadas, e o agravamento da moldura penal a incendiários. Nesse ano, 23 % dos incêndios foram atribuídos a incendiarismo relacionado a indivíduos inimputáveis. Logo, a relação que André Ventura criou entre 80 % dos incêndios que tiveram mão humana e a medida que propunha de acabar com

penas suspensas e liberdade condicional para os incendiários era falaciosa, tal como várias das informações que nos vai dando, desde então.

Portanto, o que o Chega faz é mentir sobre dados relativos a um drama imenso e oferecer soluções propagandísticas. No seu projeto, eleva as penas numa lógica de equiparação do fogo posto a terrorismo. Numa conversa de café pega. Aí, eu posso dizer que até acho que uma forma de falar é terrorista, que o crime de violência doméstica é sentido como terrorismo, mas um jurista não pode. Tem de saber que não é terrorismo.

Se vier a ser condenado, Marques Silva, que era mandatário da candidatura do Chega à Câmara de Vendas Novas e muito vocal contra incendiários, não será condenado pelo crime de terrorismo.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas devia!

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — E se, efetivamente, for verdade, porque goza da presunção de inocência — nós não somos o Chega! —, que o mandatário do Chega tinha na sua posse um isqueiro, uma garrafa de álcool e jornais, alegadamente para atear fogo, André Ventura sabe que ele não é um terrorista,…

O Sr. **André Ventura** (CH): — É, é!

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — … será um incendiário.

Protestos do CH.

As duas idosas de 81 anos, recentemente detidas por atearem 11 fogos florestais, mostram bem de que de nada serviria, em termos de prevenção dos comportamentos destas octogenárias, a pena de prisão passar de 12 anos para 25.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Todos os juristas sérios e que não cedem à demagogia sabem isso. André Ventura sabe isto, que é um bom jurista — mas agora está a fazer outro papel. O doutorado André Ventura sabe que o terrorismo, juridicamente falando, quer destruir,…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ah, não é o caso?!

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — … as estruturas políticas, constitucionais, económicas ou sociais fundamentais do Estado, de um Estado estrangeiro ou de uma organização internacional.

Protestos do CH.

Há, juridicamente, como sabe o doutorado André Ventura, uma intenção de pôr em causa o Estado de direito, como foi a intenção de Bolsonaro ou de Trump com a invasão respetiva da Praça dos Três Poderes e do Capitólio.

Vozes do CH: — Oh! Oh!

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Aí, pode discutir-se o conceito. Perceberam a diferença?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro que percebemos!

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Vamos combater o fenómeno dos fogos, no que toca ao direito penal, que é disso que estou a falar, com seriedade, deixar de lado propostas inúteis e pouco sérias.

Aplausos do PS.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Pouco sério é isto!

O Sr. **Eliseu Neves** (CH): — Devia era ir a um incêndio. Se calhar mudava de opinião!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Devia era ajudar nos incêndios!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Nuno Gonçalves, do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Na bancada do PS pode-se dizer tudo; aqui não se pode dizer nada!

Risos de Deputados do PS e do Deputado do L Jorge Pinto.

Protestos do CH e contraprotestos do PS e do L.

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Discutimos, hoje, o Projeto de Lei n.º 173/XVII/1.ª, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Chega, no qual é proposto o aumento da moldura penal para o crime de incêndio, a alteração do regime da liberdade condicional e, por fim, no caso de reincidência, a punição ter como referência o regime incriminatório previsto na lei contra o terrorismo. Apresenta como exemplos de direito comparado a Espanha e a Grécia, com penas até 20 anos, para justificar a necessidade do aumento das penas e, consequentemente, o sentimento comunitário de segurança, sendo estes dois dos países europeus mais fustigados e flagelados com os incêndios florestais no espaço da União Europeia.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Daí terem essa experiência!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — São, como também vem sendo hábito, invocados exemplos concretos de acórdãos proferidos por tribunais nacionais e de condenações veiculadas por órgãos de comunicação social.

Convém aqui referir que a pena concreta aplicada no acórdão citado na exposição de motivos, de quatro anos de prisão, não corresponde nem sequer se aproxima, ao limite máximo da moldura, pelo que o problema não residirá na moldura abstrata prevista na lei, mas na aplicação da pena, em concreto.

Refira-se que, no atual quadro sancionatório do crime de incêndio florestal previsto no Código Penal, o crime é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos, a moldura penal passa a ser de 3 a 12 anos no caso de se verificarem circunstâncias agravantes, tais como a criação de perigo para a vida ou integridade física ou para bens patrimoniais de valor elevado, ou intenção de obtenção de benefício económico.

O crime em apreço é punido quando cometido por negligência. O impedimento do combate a incêndios por conduta de terceiros ou a mera dificultação da extinção dos incêndios constitui crime. Os atos preparatórios são punidos. Para além do mais, o regime sancionatório do crime de incêndio florestal inclui modalidades que asseguram formas de confinamento intermitentes, ou seja, coincidentes com as épocas dos fogos.

Tal como é reconhecido na exposição de motivos do projeto de lei apresentado, a Lei n.º 94/2017, de 23 de agosto, introduziu alterações ao Código Penal em matéria de penas, nomeadamente eliminando a prisão por dias livres e introduzindo a possibilidade de execução na habitação de penas de prisão até dois anos, apresentando alterações relevantes para o regime sancionatório de agentes da prática de crimes de incêndio florestal.

A alteração teve em vista uma resposta sancionatória que fosse simultaneamente mais adequada à tutela dos bens jurídicos protegidos pela incriminação e à reintegração do condenado na sociedade.

Para o efeito, previu-se a possibilidade de associar a obrigação de permanência na habitação com fiscalização por meios técnicos de controlo à distância, no período coincidente com os meses de maior risco de ocorrência de fogos, as penas e medidas de execução na comunidade, nomeadamente, a suspensão da

execução da pena de prisão e a liberdade condicional, no caso de agentes imputáveis, e a suspensão da execução do internamento e a liberdade para prova, no caso dos agentes inimputáveis.

Procedeu-se também ao alargamento do âmbito de aplicação da pena relativamente indeterminada para agentes que revelem acentuada inclinação para a prática deste crime.

Com efeito, em relação a certos agentes imputáveis com acentuada inclinação para a prática de incêndio florestal, passou a ser-lhes aplicada a pena de prisão relativamente indeterminada, sanção orientada, na sua execução, no sentido de eliminar essa acentuada inclinação, atendendo não apenas à culpa, mas também à perigosidade criminal do agente.

Manteve-se a previsão da medida de segurança de internamento do inimputável, por período coincidente com meses de maior risco de ocorrência de fogos.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o projeto de lei em apreço também pretende alterar o regime da liberdade condicional e da suspensão da execução da pena de prisão, e os institutos equivalentes aplicáveis aos agentes inimputáveis, tornando obrigatória a sua subordinação de permanência na habitação, com fiscalização por meios técnicos de controlo à distância, tal como faz, aliás, o Projeto de Lei n.º 163/XVII/1.ª, do PAN, que pretende substituir a expressão «podem ser subordinadas» pela expressão «são obrigatoriamente subordinadas». Deste modo, a imposição desta condição, em lugar de ser decidida pelo tribunal, seria de aplicação automática.

Tais alterações, em ambos os casos, esbarrariam, desde logo, com princípios constitucionais, como o da separação dos poderes, da reserva do juiz e da proporcionalidade nos princípios da adequação, da necessidade e da proporcionalidade *stricto sensu*.

Com efeito, as condições a associar a uma pena ou medida de execução na comunidade devem ser definidas exclusivamente pelo juiz, de acordo com as circunstâncias do facto e do agente e com as necessidades de prevenção que se façam sentir no caso concreto. Tanto mais que, neste caso, se trata de imposição de uma condição que é de *per si* privativa da liberdade, sem paralelo com as demais condições, deveres ou regras de conduta que podem ser impostos pelo juiz.

Pretende-se, ainda, restringir a concessão da liberdade condicional aos crimes de menor gravidade, o que não tem similitude na nossa legislação penal. Temos para nós que a decisão da concessão, ou não, da liberdade condicional deve continuar a caber ao juiz de execução de penas, com base nos critérios de prevenção geral e especial previstos no Código Penal.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, também a equiparação proposta do incêndio florestal ao terrorismo, através da aplicação do regime das infrações terroristas e infrações relacionadas com as atividades terroristas, não parece ter cabimento.

Com efeito, o crime de incêndio já pode hoje ser subsumido ao regime do combate do terrorismo quando, e passo a citar, «pela sua natureza ou pelo contexto em que são cometidos, possam afetar gravemente o Estado, um Estado estrangeiro ou uma organização internacional, quando forem praticados com o objetivo de intimidar gravemente certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral, compelir de forma indevida os poderes públicos ou uma organização internacional a praticar ou abster-se de praticar um ato ou de perturbar gravemente ou destruir as estruturas políticas, constitucionais, económicas ou sociais fundamentais do Estado, de um Estado estrangeiro ou de uma organização internacional», conforme plasmado na citada lei.

Não se descortina na proposta de lei apresentada mérito ou razão para alargar o regime de condutas de incêndio florestal que não se enquadrem nesta cláusula.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, as prioridades do Governo são reduzir a vulnerabilidade ao fogo, aumentar a resiliência da paisagem, proteger pessoas, património e natureza, aumentar a produtividade e riqueza das populações.

Fruto da ação governativa, com o aumento das equipas mistas de investigação criminal, que passaram de duas para cinco, cobrindo todo o território nacional, foi possível dar uma resposta mais célere, sendo disso exemplo o número de detidos, superior a 40.

Também o reforço dos meios no terreno, nomeadamente de sapadores, com mais de 2000 operacionais em 415 equipas, as 62 OIGP (Operações Integradas de Gestão da Paisagem) constituídas, o financiamento robusto com 160 milhões de euros do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e 331 milhões de euros do Fundo Ambiental para 20 anos, o apoio ao minifúndio e aos pequenos proprietários, com a alteração das regras do PDR (Programa de Desenvolvimento Rural) 2020 e do PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum),

os 35 000 ha de silvicultura preventiva e gestão de combustível já no terreno e os condomínios de aldeia, já com mais de 800 aldeias contratualizadas, apresentam a intenção firme e sólida da ação, demonstram que este Governo tem visão para combatermos este flagelo que tem assolado o território nacional.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o combate aos incêndios não se vence com gritos ou *slogans* fáceis, mas com trabalho sério no terreno com os diversos intervenientes operacionais, bombeiros, forças de segurança, proteção civil, autarquias e populações.

A prisão perpétua não apaga a piromania. O que apaga incêndios é planeamento, prevenção e ação no terreno.

O Governo não responde com improvisos, responde com estratégia: menos burocracia, mais ação; menos palavras, mais execução.

O que está em causa, mais do que o aumento das penas, não é apenas a floresta, é a segurança das pessoas, é o futuro das nossas vilas e aldeias, é a dignidade do nosso território. Esta é a diferença: enquanto uns se abstêm e outros votam contra o Plano de Intervenção para a Floresta, um instrumento fundamental para a gestão e ordenamento do território e da floresta, o Governo transforma; enquanto uns se escondem na retórica, o Governo entrega resultados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Teixeira, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Começo, em primeiro lugar, por cumprimentar os bombeiros aqui presentes nas galerias e, através desses bombeiros, todos aqueles que todos os dias lutam por defender as nossas vidas e as nossas propriedades. Obrigado!

Aplausos da IL.

Sobre o tema que está aqui em discussão, ou sobre os temas que estão aqui em discussão, porque, na realidade, neste debate fala-se de muita coisa, devo dizer que não é a primeira vez que falamos sobre incêndios, sobre bombeiros, sobre molduras penais ou sobre a gestão da floresta. Não é a primeira vez nos últimos dois meses e não é, certamente, a primeira vez no último ano, nos últimos dois anos, nos últimos três anos.

Havendo tantos debates sobre este tema, alguém que venha de fora e comece a observar o que andamos a fazer aqui dentro fica, se calhar, com a sensação de que, afinal, estamos a fazer progressos, pois andamos a discutir tanto sobre bombeiros, tanto falamos, tantas propostas vêm para cima da mesa. Como é que seria possível que se pudesse fazer mais?!

Mas a verdade é que há temas que se mantêm iguais, há questões que nós não enfrentamos e que, muitas vezes, não mencionamos sequer. Porquê? Porque é muito mais fácil simplesmente propor aquilo que parece bem, distribuir mais dinheiro, distribuir mais benesses, dizer que nós é que valorizamos realmente aqueles que estão a defender as nossas vidas, mas depois não enfrentamos os problemas de frente.

Por isso, permitam-me os Srs. Deputados que seja um bocadinho mais aborrecido e que recorra a um documento importante de 2022, que é um relatório do Tribunal de Contas que nos diz uma série de coisas fundamentais para percebermos realmente em que ponto é que está este setor. E o Tribunal de Contas foi inequívoco. Hoje, dá-se uma grande injustiça para os bombeiros e, por via dessa injustiça contra os próprios bombeiros, injustiçamos também os portugueses. Ora, porquê? Primeiro, porque a organização do setor é caótica, não tem qualquer critério nacional de distribuição, não conhecemos padrões mínimos de operacionalidade, nem temos transparência na maneira como utilizamos os nossos fundos públicos.

Passo a citar: «As políticas públicas nacionais relativas ao financiamento dos bombeiros revelam muitas fragilidades, pondo em causa a implementação de um serviço de bombeiros com uma efetiva cobertura a nível nacional: não se encontra definido o desempenho padrão dos corpos de bombeiros em função dos riscos e das características de cada território e consequentemente não se conhece o custo estimado dos meios humanos, técnicos e materiais necessários para o cumprir.»

Ou seja, nós não sabemos ainda quanto é que custa combater cada incêndio, não temos uma ideia dos custos. E, se não temos uma ideia dos custos, não conseguimos desenhar políticas. Isto é simples. Isto é assim para este setor, como é para todas as políticas públicas, no entanto, disto não se fala. É mais fácil dizer «vamos resolver, vamos dar dinheiro».

Mais, não há nenhuma estratégia que garanta níveis mínimos de qualidade e prontidão em todo o território nacional, e isto é uma injustiça sobretudo também para os bombeiros. Porquê? Porque temos um sistema que não sabe aproveitar o melhor que os nossos bombeiros podem dar. Muitas vezes, não estão onde são necessários, muitas vezes, não têm os recursos de que precisam no território onde eles precisam de estar. E porquê? Porque não conseguimos planear ao nível do Estado central.

Como consequência do que acabei de dizer, obviamente temos uma desigualdade no território. Porquê? Porque o financiamento não é consistente — ora vem da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, ora vem dos municípios. Os municípios que mais podem, mais dão. E aqueles que menos podem, menos dão. Ora, nós sabemos que nos incêndios florestais são muitas vezes os municípios que menos podem que são os mais afetados. Para isto, não se viu nenhuma solução aqui. Como é que é possível, Srs. Deputados, que não sejamos capazes de enfrentar esses temas, sim, que concretamente põem em risco o combate aos incêndios?

Há outros temas que também foram levantados, como, por exemplo, a qualificação da profissão de bombeiro como profissão de desgaste rápido. Ora, Srs. Deputados, não é a primeira vez que falamos no desgaste rápido, não será certamente a última, mas devo lembrar esta Câmara que, ainda nesta legislatura, a Iniciativa Liberal submeteu uma proposta que criava a definição de acesso à profissão de desgaste rápido. E porque é que submetemos esta proposta? Porque a definição de desgaste rápido tem de ser genérica por se aplicar a várias funções e a várias atividades, não pode ser definida de profissão em profissão.

Aliás, tem de ser definida em função daquilo que cada um está a fazer,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sempre foi assim!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — … porque nem todos os bombeiros estão a fazer a mesma coisa, nem todos os polícias estão a fazer a mesma coisa, nem todos os enfermeiros estão a fazer a mesma coisa e, por isso, precisamos de uma lei suficientemente geral e abstrata possível para conseguir cobrir todos estes casos. O que aconteceu a este projeto de lei? Foi chumbado. Pois, então, se é assim, se preferem chumbar uma iniciativa importante, que nos daria as ferramentas para tratar deste tema, e preferem criar projetos *ad hoc* a dizer «esta profissão é de desgaste rápido, aquela profissão é de desgaste rápido e esta tem estas condições e outra tem outras condições», então, assim, não nos entendemos, Srs. Deputados.

Finalmente, é verdade que o Chega traz aqui muitas propostas — devo dar os meus parabéns por terem escrito muito, e escreveram muito para este debate —,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já a IL, zero!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — … mas, curiosamente, na sua apresentação, esqueceram-se de mencionar duas propostas fundamentais do seu discurso. Primeiro, querem proibir a venda de madeira ardida. Segundo, querem impedir qualquer utilização de terrenos ardidos durante 10 anos. Ou seja, já não basta eu ser proprietário de um terreno rural, ter tido um incêndio e ter visto a minha propriedade destruída, e agora vem o Chega e pune-me outra vez porque acha que não posso fazer nada com a minha propriedade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não leste tudo!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Este é um dos maiores ataques que eu já vi, um dos maiores ataques que já apareceram nesta Assembleia à propriedade dos proprietários florestais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Há exceções!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — É inacreditável, é inacreditável como fazem uma proposta destas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vai lá ver as exceções!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Nem do PCP saía uma proposta destas, Srs. Deputados.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vai ler!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Por isso, pergunto-vos como é que conseguem viver com as vossas consciências, quando aquilo que estão a propor é o confisco das propriedades destas pessoas.

Srs. Deputados, deviam pensar bem no que é que trazem para esta Assembleia, e percebe-se muito bem porque é que não falaram desta proposta na vossa apresentação.

Ficaram apresentados, Srs. Deputados, mas à Iniciativa Liberal não enganam.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Carmo, do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro do Carmo** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Deixo um cumprimento especial de agradecimento a todos os bombeiros portugueses pelo trabalho desenvolvido em prol de todos nós.

Mas hoje venho falar-vos de floresta, mais concretamente, dos Projetos de Lei n.os 168 e 169/XVII/1.ª, do Chega, pois, em nosso entender, apresentam limitações graves e riscos sérios para as pessoas e territórios.

Desde logo, o Projeto de Lei n.º 168/XVII/1.ª, do Chega, propondo a proibição da comercialização da madeira ardida, centra-se num enfoque excessivamente restritivo, que poderá, e irá, fragilizar o mercado de salvados, dificultando a remoção da biomassa e prejudicando produtores e indústrias, sem apresentar soluções compensatórias adequadas. Não acompanhamos esta postura, que ignora o facto de que a madeira carbonizada não é aproveitada por todas as indústrias, que, entretanto, apoiam os produtores, pagando preços ajustados para cobrir custos de remoção e de limpeza das florestas.

Numa fileira que importa anualmente milhões de metros cúbicos de madeira, a degradação da floresta e a dificuldade de gestão são, com estas medidas, agravadas, permitindo mais abandono e perda de sustentabilidade económica. Diria mais: impedir que se aproveite a venda de madeira e se crie mais e mais tarefas burocráticas para o Estado, em especial ao ICNF, só traz despesa, sem nada resolver.

O Projeto de Lei n.º 169/XVII/1.ª, do Chega, impõe restrições amplas sobre o uso do solo pós-incêndio, carecendo da flexibilidade essencial para conciliar proteção ambiental e regeneração económica de um território já afetado, potencialmente atrasando a recuperação integrada das zonas afetadas. Não há nenhuma evidência que haja algum incêndio quando a sua causa principal tenha sido provocada pelas razões evocadas nos fundamentos. Esta medida proposta até já foi testada e não teve nenhum resultado prático. Pior, esta medida só iria causar mais bloqueios e mais dificuldades para as pessoas e para os territórios fustigados pela calamidade dos incêndios. Não faz sentido.

Ambos os projetos, centrados numa perspetiva punitiva e de controlo, desconsideram os ganhos que já alcançámos, em todos estes anos, na organização institucional, na prevenção ativa, na recuperação ambiental e social, que a AGIF simboliza, sendo provada a sua eficácia.

Sr.as e Srs. Deputados, o caminho para uma proteção eficaz da nossa floresta não passa por medidas simplistas e restritivas, mas pelo reforço das políticas públicas integradas, científicas e participativas, fundamentadas na continuidade, diálogo e compromisso coletivo. Com o conhecimento é que evoluímos.

É essencial valorizarmos o percurso consolidado, ampliando e melhorando as políticas que têm demonstrado resultados reais, garantindo um Portugal mais seguro, sustentável e resiliente.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Manuela Tender, do Chega.

A Sr.ª **Manuela Tender** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: «Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades», escreveu o grande poeta da Pátria Luís de Camões.

Esta mudança também tem tido tradução na forma como os partidos políticos, tradicionalmente, olham para os incêndios, para os bombeiros e demais agentes da proteção civil.

No auge do flagelo, quando o País arde, há muita preocupação e promessas, muitos louvores aos bombeiros, muita determinação em identificar falhas e alterar procedimentos no âmbito da prevenção e combate.

Mas, após o verão, à medida que se vão apagando dos ecrãs as imagens devastadoras dos incêndios, esquece-se o tema, o entusiasmo reformista arrefece e os bombeiros e sapadores, a quem se teceram loas, continuam com a mesma precariedade, falta de valorização e de proteção do risco próprio e das suas famílias, em caso de morte ou incapacidade.

Este agendamento potestativo requerido pelo Chega pretende contrariar esse esquecimento e falta de vontade, com iniciativas que vão ao encontro de necessidades reais, que todos conhecemos e devemos colmatar.

Mas, além do reforço e melhoria da organização do combate a incêndios e da valorização dos agentes que, no terreno, garantem a proteção de pessoas e bens, temos de colocar o enfoque numa prevenção eficaz que garanta que não seremos de novo confrontados com esta tragédia no próximo verão.

A imagem de um País em chamas, a evacuação de aldeias, a perda de pessoas, animais e outros bens envergonham os decisores políticos e têm de nos fazer agir.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.ª **Manuela Tender** (CH): — Temos sido confrontados com falhas sucessivas de efeitos devastadores. Perguntem aos cidadãos que se viram impotentes, ameaçados pelas chamas, como se sentiram e o que pensam.

Temos assistido a um abandono do mundo rural, encerramento e afastamento de serviços essenciais, desvalorização da agricultura, pecuária e silvicultura. Transformaram o interior num território despovoado, forçando ao êxodo rural e à emigração, em busca de melhores condições de vida, deixando muitos solos férteis por cultivar, progressivamente transformados em matas ou matos completamente desordenados.

Os sucessivos Governos descuraram o ordenamento da paisagem com o envolvimento das populações. Descaracterizou-se o mosaico mediterrânico composto de agricultura, pecuária, regadio e horticultura, matos de pastagens e matas, elementos complementares e integrados numa paisagem sustentada e polivalente, que deu lugar a manchas de pinheiro e eucalipto, sem culturas de regadio que cortem a mancha florestal. Um perigo que não se soube antecipar.

Houve alertas e apelos, que os sucessivos Governos ignoraram e continuam a ignorar. Aposta-se quase exclusivamente no combate e ficamos com a impressão de que há quem lucre com isto, o que é inaceitável. E as dúvidas adensam-se a cada ano.

Sr.as e Srs. Deputados, o PS e o PSD, alternando no Governo, são responsáveis pelo despovoamento do interior e têm sido incapazes de prevenir os incêndios e de organizar uma estrutura de combate eficaz.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Estão mais preocupados com a criação de empregos para os seus do que com a proteção de pessoas e bens e a vida dos nossos bombeiros.

Ora, se são incapazes de tomar a iniciativa, aprovem, hoje, as iniciativas que o Chega traz a esta Câmara,…

Aplausos do CH.

… pela valorização, proteção e dignificação dos nossos agentes da proteção civil. Por Portugal e pelos portugueses!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Dália Miranda, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: As questões de desgaste rápido são hoje, uma vez mais, trazidas a debate. Ninguém ignora o desgaste, o risco e a penosidade inerentes à atividade dos bombeiros, razão pela qual, aliás, existem já condições específicas para o exercício desta profissão, condições essas que muitos querem, com legitimidade, ver aprofundadas. O mesmo, aliás, se passa com outras profissões que reclamam para si este estatuto.

Ora, para poder tratar todos com equidade e justiça, temos de ter um quadro legal integrado para poder avaliar as diferentes situações, para que haja um procedimento comum e para que se estabeleçam instrumentos adequados para cada área.

É público que ainda no Governo do PS foi iniciado um grupo de trabalho para a definição deste quadro legal. É público que o Governo retomou este trabalho e anunciou a sua conclusão para março deste ano. É público que chegou mesmo a apresentar um relatório preliminar aos parceiros sociais.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — Mas também é público que o Governo já solicitou um novo adiamento para fixar um quadro legal para enquadrar o desgaste rápido.

Reconhecendo o PS a complexidade da matéria, a sua delicadeza, assim como a necessidade de um debate aprofundado, a verdade é que precisamos destes instrumentos, tendo em conta a quantidade e a diversidade das aspirações a este respeito e a necessidade de as ponderar de maneira integrada e justa. Por isso, embora não tenhamos aqui o Governo neste debate,…

Protestos do CH.

… questionamos: quando é que o Governo prevê efetivamente apresentar um conceito claro e final sobre o desgaste rápido? Há garantias de que o prazo anunciado final de outubro vai ser cumprido?

Este adiamento é importante, mas o tempo não deve ser ilimitado. Precisamos de assegurar a aplicação imediata do regime de desgaste rápido em vigor para os bombeiros sapadores, para todos os bombeiros que exerçam atividade de forma profissional, em condições equivalentes, nas associações humanitárias, sem prejuízo de acelerar a conclusão do trabalho de avaliação e revisão do desgaste rápido, de modo a permitir uma avaliação fundamentada, justa e equitativa das situações das diferentes profissões, dando particular enfoque a profissões ou atividades com penosidade e riscos acrescidos, como é o caso dos bombeiros, melhorando a sua proteção.

O Governo tem a responsabilidade de assegurar que esta definição será célere, justa, clara e eficaz, e por isso tem de se comprometer com uma data concreta.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado Fernando Queiroga, do PSD.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Foram apresentados a esta Câmara os Projetos de Lei n.os 168 e 169/XVII/1.ª (CH), que, longe de contribuírem para a recuperação das áreas ardidas, impõem limitações e entraves ao seu desenvolvimento. Sem uma atividade económica capaz de gerar retorno suficiente para a manutenção e gestão ativa destes espaços, estaremos apenas a adiar o problema que nos conduziu a este desfecho.

Aliás, estas propostas contrariam as evidências técnicas e científicas da Autoridade Nacional Florestal e do próprio ICNF.

É inegável que devemos combater com firmeza os incêndios provocados por interesses económicos. No entanto, a proposta de proibir a comercialização de toda a madeira ardida representa uma medida ilegal e profundamente injusta. Tal proibição penalizaria diretamente quem nada tem a ver com esses crimes, nomeadamente pequenos produtores, cooperativas e comerciantes rurais.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Estas comunidades dependem da venda da madeira ardida como forma legítima de mitigar os prejuízos causados pelos incêndios. Impedi-los de comercializar esse recurso seria condená-los a uma dupla penalização: primeiro pelo fogo, depois pela lei.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — É isso! Pelo Chega!

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Medidas deste tipo não só agravam a vulnerabilidade económica destas populações, como também comprometem a recuperação das áreas ardidas.

A obrigação imposta ao ICNF de proceder à retirada da madeira queimada em 120 dias é, como sabemos, humana e tecnicamente impossível de cumprir.

Além disso, o ICNF tem esclarecido, em várias respostas oficiais, que a motivação económica, nomeadamente o uso do solo, representa uma causa marginal nos incêndios florestais. Entre 2001 e 2024, essa motivação correspondeu a apenas 0,51 % dos incêndios com causa conhecida, 688 casos, e a 0,26 % da área total ardida, ou seja, 5050 hectares.

Ao mesmo tempo, a madeira ardida perde qualidade para usos nobres, o que leva ao aumento dos custos de extração e causa prejuízos significativos aos proprietários, à fileira silvo-industrial e aos prestadores de serviços. Importa ainda sublinhar que não existe evidência de «negócios criminosos» generalizados associados à gestão da madeira ardida.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah, pois não! Nem dos terrenos!…

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — O PSD defende uma abordagem firme e estruturada na prevenção e combate aos incêndios florestais,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — À frente das pessoas defendem uma coisa, aqui defendem outra!

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — … assente nos seguintes pilares: investigação rigorosa das causas dos incêndios, para garantir que as medidas adotadas sejam eficazes e baseadas em evidências; penalização exemplar dos responsáveis pela sua provocação, reforçando a justiça e a dissuasão; fiscalização da comercialização da madeira ardida, assegurando total rastreabilidade e transparência em todo o processo, de forma a evitar abusos e a proteger os interesses legítimos dos proprietários e da fileira silvo-industrial.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Outra proposta apresentada à discussão prevê a proibição do uso dos terrenos durante 10 dias, sem qualquer exceção. Trata-se de uma medida desproporcionada, cujas consequências podem ser profundamente negativas, podendo, nomeadamente, travar a recuperação económica das zonas afetadas pelos incêndios, prejudicar agricultores inocentes que dependem da terra para a sua subsistência, bloquear projetos de reflorestação ou regeneração ambiental, que exigem intervenção ativa e plena.

Defende-se, isso sim, uma avaliação técnica, caso a caso, que permita decisões informadas e ajustadas à realidade de cada território afetado pelos incêndios. É essencial prevenir práticas abusivas, ao mesmo tempo que se promove o apoio à reflorestação e à agricultura sustentável nas áreas atingidas.

A proposta em análise parece centrar-se exclusivamente na prevenção da ação criminosa, ignorando por completo a recuperação efetiva das áreas afetadas e os desafios que essa recuperação implica. Para que essas ações de recuperação sejam sustentáveis e duradouras, é fundamental que se iniciem intervenções imediatas, capazes de gerar mais-valias económicas e promover a resiliência do território.

O plano Floresta 2050 já contempla, no pilar da resiliência, as questões relacionadas com o pós-fogo, reconhecendo a importância de uma abordagem integrada na recuperação dos territórios afetados.

Combater os incêndios exige coragem, mas também inteligência.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos da Deputada do CH Cristina Rodrigues.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Não basta reagir com medidas simplistas ou punitivas. Problemas complexos exigem soluções pensadas, sustentáveis e justas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Precisamos de políticas públicas que protejam a floresta, sem sacrificar aqueles que dela vivem. A gestão florestal deve ser feita com responsabilidade, envolvendo as comunidades locais, promovendo a prevenção e a valorização do papel dos agentes do território.

A aprovação desta proposta, tal como está, seria um erro. O caminho certo é o da justiça, da ciência e da proteção ambiental com inclusão social.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — É, por exemplo, substituir monoculturas por mosaicos de espécies autóctones; integrar agricultura e pastoreio na gestão do território, valorizando práticas tradicionais que ajudam a manter os espaços limpos e produtivos; apostar em tecnologia para a deteção precoce de incêndios, como sistemas de videovigilância inteligente e resposta rápida; valorizar a economia da biomassa, transformando resíduos florestais em energia e criando emprego local.

Estas medidas não apenas reduzem o risco de incêndio, como também promovem uma floresta viva, segura e económica.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Grande proposta, esta!

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Mas a prevenção dos incêndios não é apenas responsabilidade do Estado. Todos podemos desempenhar um papel importante na proteção da floresta, cumprindo as regras de evitar queimadas em períodos de risco, respeitando os alertas e as condições meteorológicas, mantendo os territórios limpos, reduzindo o risco de propagação do fogo, apoiando projetos de reflorestação com espécies autóctones, como o sobreiro, o carvalho ou o castanheiro, que promovam a biodiversidade e a resiliência, valorizando os produtos de origem sustentável, que ajudam a financiar a gestão responsável da floresta, e dinamizando a economia local.

Sr.as e Srs. Deputados, cada ação, por mais pequena que seja, é uma semente de mudança. Juntos podemos criar um país mais seguro, mais verde e mais preparado para os desafios ambientais.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Grande proposta: videovigilância no meio da floresta e reflorestação!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Nem sabes o que é uma floresta!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No encerramento deste debate, averiguaremos e perceberemos quem está do lado do País e dos bombeiros, quem está do lado daqueles que os combateram e quem, mais uma vez, optará por não fazer nada.

Diz a maioria que sustenta o Governo do PSD que não valem de nada propostas repentinas nem propostas populistas. A diferença é que aqui se fazem propostas. O PSD e o Governo têm zero propostas sobre os incêndios e sobre os bombeiros.

Aplausos do CH.

Sim, incendiário é terrorista. Incendiário é terrorista, porque ameaça o seu país, porque ameaça o seu povo e ameaça a sua propriedade. Incendiário é terrorista e deve estar preso muitos anos, se possível para sempre, porque ameaçou como ninguém a vida, a propriedade, o território, porque pôs em causa a vida de todos e a comunidade.

A Deputada do PS Isabel Alves Moreira saiu da Sala.

Não se vá embora, Sr.ª Deputada Isabel Moreira! Oiça até ao fim, para perceber que um incendiário, quer o PS goste quer não, é terrorista! Saírem da Sala é bem o sinal da cobardia pessoal e política que têm, quando alguém os confronta com a verdade.

Aplausos do CH.

É bem o sinal dessa cobardia pessoal e política!

Diz a Deputada Isabel Moreira que não podemos dizer que o incendiarismo é a causa de todos os incêndios. E não, nem o Chega o diz. Quem o disse foi António Costa, líder do Partido Socialista, e cito: «Só não há incêndios, se a mãozinha humana parar de os provocar.» Não foi nenhum jurista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não foi ninguém do PSD, do Chega ou de ninguém. Foi o líder do Partido Socialista que o disse!

Aplausos do CH.

E agora querem deixá-los cá fora, como se fossem pessoas de bem.

Incendiário é terrorista, tem de estar preso e preso para sempre.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Países como França, Grécia e Reino Unido aplicam hoje aos seus incendiários, em caso de vítimas, o crime de prisão perpétua. Nós deixamo-los uns dias na esquadra e cá fora o resto do tempo. É a verdade do País que temos e que temos de ter coragem de denunciar.

Não, Srs. Deputados, nós não queremos punir proprietários, nem queremos impedir que o negócio floresça quando é legítimo e quando é bom para a comunidade. O que nós queremos, o que este partido quer, como nenhum outro, é aquilo que os senhores não tiveram coragem de fazer, em 50 anos de democracia: é acabar com uma vergonha que se chama «o negócio do fogo em Portugal» e com aqueles que lucram à volta do fogo, à volta da vida e à volta do sofrimento humano.

Aplausos do CH.

Sim, queremos que a madeira ardida não seja negociada. E sim, queremos que não haja construções e negócios nos terrenos,…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Isso é populismo!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … como queria Cavaco Silva, quando era líder do PSD.

Só que, entretanto, para lá e para cá, a memória vai e os partidos preferem ignorar os grandes interesses que estão à volta dos incêndios.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Chegamos ao fim deste debate. Acusam-nos de populismo, de radicalismo, de querer punir com demasiada severidade os incendiários. Mas quais são as propostas da esquerda? Quais são as propostas do Governo, depois de um país ardido? Depois da maior área ardida da Europa? Depois de vidas perdidas? Depois de tanto perdido, qual é a proposta? Zero! Zero! Zero!

Aplausos do CH.

Não trouxeram uma proposta a este debate. Zero!

Sim, Srs. Deputados, talvez o Chega perca tempo a ir a manifestações, e vamos com orgulho. Tanto vamos enfrentar imigrantes que querem documentos para lhes dizer o óbvio, que é que neste País têm de se cumprir regras, como vamos lá fora ter com os bombeiros. Só o Chega esteve ao lado deles, na manifestação que fizeram aqui, frente à Assembleia da República.

Aplausos do CH.

É isso que diferencia este partido dos outros. Nós queremos fazer, nós não temos medo de enfrentar o País nem o povo.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — O senhor tem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nós não nos escondemos aqui. Nós olhamo-los olhos nos olhos e diremos: «Vamos fazer as transformações de que o País precisa, doa a que interesse doer, doa a que corporação doer.» Porque estes homens e mulheres, estes nossos homens e mulheres, merecem, ao contrário de vocês, que não merecem nada deste País.

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Mesa tem indicação de que o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves pede a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, é só para solicitar que, em futuros debates, para manter o decoro parlamentar e o respeito que todos os Deputados devem ter uns pelos outros, quando um Sr. Deputado ou uma Sr.ª Deputada se ausenta da Sala por alguma razão — e acontece, seguramente, em todas as bancadas parlamentares, no decurso dos debates —, sejam respeitados pelos oradores ou por quem esteja na Câmara. Pode suceder, em qualquer circunstância, um qualquer Sr. Deputado, mesmo o Sr. Deputado André Ventura ou o Sr. Deputado Pedro Pinto, ter de se ausentar da Sala por qualquer razão e regressar.

Por isso, para conservar a forma cordata como a Câmara deve funcionar nos seus trabalhos, apelamos a que a Mesa recorde isto aos Srs. Deputados.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado André Ventura pede a palavra para que efeito?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Para o mesmo efeito, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, o Deputado Pedro Delgado Alves apelou ao decoro parlamentar. Na intervenção final que fiz, não me referi à saída, por qualquer motivo, da Deputada Isabel Moreira. Não tenho nada que ver com isso! Mas é um pouco caricato acusar um membro da Mesa de falta de respeito e, quando eu me dirijo à Sr.ª Deputada, ela vira as costas e sai.

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Não, não!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — O senhor estava a falar!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Acho que não é um bom tema de debate, quando andamos a bater com a mão no peito, a pedir decoro, a pedir educação, e, quando um Deputado confronta, vira as costas.

Para além disso, Sr. Presidente, o próprio Deputado Pedro Delgado Alves, quando eu estava a discursar, estava de costas para mim, a falar com outro. O PS, de decoro, não dá lições a ninguém.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Seguramente os Srs. Deputados, nas próximas ocasiões, terão mais cuidado no tipo de afirmações que farão. Ou não!

Risos de Deputados do CH.

Penso que a Mesa terá poucos instrumentos para intervir em situações desta natureza. De qualquer maneira, Srs. Deputados, muito obrigado pelas vossas interpelações.

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Será que isto tem assim tanta importância? Vou controlar a minha bexiga!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Querem educação, mas não têm educação!

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Dirigiu-se a mim quando me viu de costas! Mentiroso!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vem pintar as unhas e quer educação!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Hoje não devem ter sido drogas lícitas!

Protestos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vai fazer-te de vítima para outro lado! Aqui não!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Avançamos então para o ponto seguinte da ordem do dia, que são as votações. Procedemos, assim, à verificação do quórum. Srs. Deputados, façam o favor de se registar.

Pausa.

Algum dos Srs. Deputados não conseguiu registar-se? Peço o favor, começando pela bancada do Chega, que se levantem e identifiquem.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, não me consegui registar.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Fica registada, Sr.ª Deputada Cristina Rodrigues.

Da bancada do PSD, por favor.

A Sr.ª **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — Sr. Presidente, também não me consegui registar.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Fica registada, Sr.ª Deputada Bárbara do Amaral Correia, bem como o Sr. Deputado Alexandre Poço, do PSD.

Do Partido Socialista, por favor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, também não me consegui registar.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Peço desculpa, Sr. Deputado Hugo Carneiro, do PSD. Fica registado.

Agora sim do Partido Socialista, por favor.

A Sr.ª **Aida Carvalho** (PS): — Sr. Presidente, não me consegui registar.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Ficam registados os Srs. Deputados Aida Carvalho, Jorge Botelho e Catarina Louro, do PS.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Quem?! Não as conheço!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nunca falam!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Penso, então, que estamos todos em condições de votar.

Começamos por votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 124/XVII/1.ª (CH) — Atribui a qualificação de profissão de desgaste rápido, bem como a atribuição de subsídio de risco, aos bombeiros de associações humanitárias e aos sapadores florestais.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PAN e do JPP e abstenções do PS, do L e do PCP.

Vamos agora votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 144/XVII/1.ª (CH) — Define o regime de horário de trabalho dos bombeiros sapadores das autarquias locais e reconhece a profissão como de risco e de desgaste rápido, bem como o regime de aposentação ou reforma.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, do L e do PCP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Os bombeiros não se vão esquecer!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos a votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 168/XVII/1.ª (CH) — Determina a proibição da comercialização de madeira ardida resultante dos incêndios florestais.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP e do BE, os votos a favor do CH e do PAN e a abstenção do JPP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Só o PAN, claro!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 169/XVII/1.ª (CH) — Aprova medidas de proteção aos povoamentos florestais percorridos por incêndios.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL, do PCP, do CDS-PP e do BE, os votos a favor do CH, do PAN e do JPP e a abstenção do L.

Votamos agora, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 173/XVII/1.ª (CH) — Aumenta a moldura penal do crime de incêndio florestal e equipara os incendiários a terroristas.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, estamos a meio da votação.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP e do BE, o voto a favor do CH e as abstenções do CDS-PP, do PAN e do JPP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real pede apalavra para que efeito?

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, é para anunciar que apresentarei uma declaração de voto por escrito.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 211/XVII/1.ª (CH) — Estrutura dos quadros das associações humanitárias de bombeiros, carreira e estatuto remuneratório dos bombeiros voluntários.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do L e do PCP.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 252/XVII/1.ª (CH) — Recomenda a criação de um fundo nacional de proteção às famílias dos bombeiros das associações humanitárias, destinado a apoiar os agregados afetados por morte ou incapacidade em serviço.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vamos votar uma coisa que já existe!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Depois justifiquem-se aos bombeiros!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, estamos em votação e assim desorientamo-nos todos na votação. Apelo a uma responsabilidade acrescida das direções das bancadas nesta fase do processo.

Vou repetir. Votamos, agora, o Projeto de Resolução n.º 252/XVII/1.ª (CH) — Recomenda a criação de um fundo nacional de proteção às famílias dos bombeiros das associações humanitárias, destinado a apoiar os agregados afetados por morte ou incapacidade em serviço.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, do L e do PCP.

Vozes do PSD e da IL: — Isto já existe!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vocês têm de ler!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Vamos votar, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 133/XVII/1.ª (PCP) — Reconhece a profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido (oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril).

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

O Sr. Deputado Hugo Soares pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é para dar conta à Câmara de que, sobre as últimas duas votações, o Grupo Parlamentar do PSD apresentará uma declaração de voto por escrito, pela simples razão de que aquelas matérias votadas já existem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É escrito! É escrito!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 163/XVII/1.ª (PAN) — Torna obrigatória a imposição de pulseira eletrónica aos condenados pela prática do crime de incêndio florestal que estão em liberdade, alterando o Código Penal.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP e do BE, o voto a favor do PAN e as abstenções do PCP e do JPP.

Passamos a votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 172/XVII/1.ª (PCP) — Reforça os direitos e regalias dos bombeiros, procedendo à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território nacional, e à quarta alteração à Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto, que define as regras do financiamento das associações humanitárias de bombeiros.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 230/XVII/1.ª (BE) — Atribui aos bombeiros o estatuto de profissão de risco e de desgaste rápido, confere o direito ao subsídio de risco e penosidade e à cumulação de suplementos remuneratórios e antecipa a idade da reforma.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Prosseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 305/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a criação de uma unidade de missão para a reorganização estrutural do setor operacional dos bombeiros.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP, o voto contra da IL e as abstenções do PSD, do CH, do PS, do PCP e do BE.

O Sr. Deputado Hugo Soares pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, creio, pelas minhas contas, que terão sido nove votos contra e oito a favor. De qualquer maneira, com essa votação, a iniciativa não passaria. Portanto, creio que valeria a pena o Sr. Presidente poder escrutinar e poder anunciar novo resultado.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado, obrigado pela ajuda. Vamos lá contar os votos a favor: dois votos do CDS-PP; mais um voto do PAN, somam três; um voto do JPP, perfaz quatro; seis votos do Livre. Isto faz um total de 10 votos a favor contra os oito da Iniciativa Liberal, que votou contra.

Então, Sr. Deputado, eu tinha razão. No final, o projeto foi mesmo aprovado. Se fosse um jogo de futebol, dir-se-ia que foi aprovado por falta de comparência, mas foi a opção dos grupos parlamentares.

O Sr. Deputado Pedro Pinto também estava a fazer sinal, mas creio que era pela mesma razão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Era sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos então à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 306/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que, no âmbito da Reforma do Estado, simplifique e reorganize a defesa da floresta contra os incêndios.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP, do PAN e do JPP, os votos contra do PS, do PCP e do BE e a abstenção do L.

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, é para anunciar uma declaração de voto por escrito do Grupo Parlamentar do Partido Socialista em relação às votações realizadas esta tarde.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.ª Deputada Isabel Moreira pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, é para dar uma informação que pode ser útil. Na minha saída rápida, há pouco, pude verificar que alguma Sr.ª Deputada, eventualmente, se esqueceu de um telemóvel na casa de banho.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.ª Deputada, penso que a sua intervenção, desculpe que lhe diga, foi muito despropositada. Muito despropositada, Sr.ª Deputada.

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Está lá esquecido!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.ª Deputada, considero a sua intervenção despropositada, inútil e uma falta de respeito à Câmara. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, faça favor.

Burburinho na Sala.

A Sr.ª Deputada Paula Santos está no uso da palavra, Srs. Deputados, se não se importam, façam silêncio.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, é para anunciar uma declaração de voto por escrito sobre os Projetos de Lei n.os 168/XVII/1.ª e 169/XVII/1.ª.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.ª Deputada Mariana Leitão pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, é para o mesmo efeito, apresentaremos uma declaração de voto por escrito sobre os projetos votados hoje.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, é para anunciar uma declaração de voto por escrito sobre os projetos em votação esta tarde.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Não tenho mais pedidos de palavra. A Câmara volta a reunir amanhã, às 10 horas.

Do ponto um da nossa ordem de trabalhos para amanhã consta a eleição para um Secretário da Mesa da Assembleia da República, que decorrerá na Sala do Senado.

O ponto dois consiste num debate, com fixação da ordem do dia requerida pelo Livre, na generalidade, sobre os Projetos de Lei n.os 218/XVII/1.ª (L) — Reforça os mecanismos de autoexclusão em todas as plataformas licenciadas de jogos e apostas *online*, 219/XVII/1.ª (L) — Proíbe a publicidade a jogos e apostas por figuras públicas e influenciadores digitais, 220/XVII/1.ª (L) — Proíbe o patrocínio de eventos e competições por entidades que explorem jogos e apostas, alterando o Código da Publicidade, 221/XVII/1.ª (L) — Limita a publicidade a jogos e apostas, alterando o Código da Publicidade, 222/XVII/1.ª (L) — Obrigatoriedade da inclusão de advertências sobre o potencial de adição em todos os jogos de azar, 223/XVII/1.ª (L) — Cria o Programa Nacional para os Comportamentos Aditivos sem Substância, 224/XVII/1.ª (L) — Proíbe a venda de bilhetes de lotarias e de lotaria instantânea nos estabelecimentos de saúde, 228/XVII/1.ª (PAN) — Reforça a literacia e consciencialização dos cidadãos para os riscos do jogo e reforça os mecanismos de combate ao jogo patológico, alterando diversos diplomas, 229/XVII/1.ª (PAN) — Põe fim às apostas hípicas, alterando o Regime Jurídico dos Jogos e Apostas Online e a Lei orgânica do Instituto do Turismo de Portugal, I. P., 231/XVII/1.ª (BE) — Estabelece limites à publicidade dos jogos e apostas (Alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de outubro), 232/XVII/1.ª (BE) — Prevenção da adição do jogo de lotaria instantânea (Altera o Decreto-Lei n.º 314/94, de 23 de dezembro), conjuntamente com o Projeto de Resolução n.º 303/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas reforçadas em matéria de proteção dos consumidores, combate ao jogo ilegal, modernização da regulação e mais investimento no interior.

No ponto três teremos as votações regimentais. Tendo em conta a grelha que está disponibilizada na ordem de trabalhos que foi distribuída, as votações, provavelmente, decorrerão só no final dos trabalhos, que se prevê que seja por volta das 13 horas. Está, assim, encerrada a sessão.

Uma noite descansada e até amanhã.

Eram 17 horas e 47 minutos.

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Relativa aos Projetos de Lei n.os 124/XVII/1.ª, 144/XVII/1.ª, 133/XVII/1.ª e 230/XVII/1.ª:

O PSD não compactua com os partidos que pretendem unicamente obter aproveitamento e dividendos políticos dos Bombeiros de Portugal.

O Governo da AD está, neste momento, a auscultar as entidades representativas dos Bombeiros e das Associações Humanitárias, com o objetivo de preparar um conjunto de medidas destinadas a melhorar as condições dos Bombeiros Portugueses.

É público e amplamente sabido que esta é uma das prioridades do Governo, que trabalha de forma empenhada nesta matéria.

Acresce que as iniciativas legislativas acima mencionadas, discutidas e votadas na sessão plenária de 25 de setembro do corrente ano, se enquadram no âmbito do instituto das profissões de desgaste rápido, propondo-se a inclusão dos cidadãos que exercem a profissão de bombeiro nas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e nas autarquias, bem como dos Sapadores Florestais, para os efeitos previstos nos respetivos projetos de lei.

Como é do domínio público, o Governo da República Portuguesa constituiu um grupo de trabalho sobre profissões de desgaste rápido, do qual se aguardam as respetivas conclusões, tendo o Executivo assumido o compromisso de as remeter à Assembleia da República para apreciação.

Assim, não se justifica aprovar projetos de lei nem proceder à sua análise na especialidade de forma isolada, tendo em consideração que o grupo de trabalho ainda se encontra em fase de conclusão dos seus trabalhos.

O Grupo Parlamentar do PSD entende que a matéria das profissões de desgaste rápido deve ser analisada de forma transversal, permitindo uma avaliação rigorosa e abrangente das diversas situações que se colocam ao decisor político.

A missão destes profissionais é das mais nobres e essenciais para o povo português, pelo que o PSD enaltece e agradece o seu trabalho, sem jamais esquecer as dificuldades enfrentadas no quotidiano. Reconhecem-se as suas pretensões e aspirações legítimas, que não são desconsideradas.

As (Os) Deputadas (os) do PSD, *Hugo Soares — António Rodrigues — João Antunes dos Santos — Fernando Queiroga*.

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 252/XVII/1.ª:

O PSD não compactua com os Partidos que pretendem exclusivamente obter aproveitamento e dividendos políticos a partir das causas dos bombeiros portugueses.

No que respeita ao Projeto de Resolução em apreço, considera-se profundamente lamentável a utilização de um tema tão sensível como o da morte ou da incapacidade para fins de manipulação da opinião pública.

A iniciativa legislativa discutida e votada recomenda a criação de um Fundo Nacional de Proteção às Famílias dos Bombeiros das Associações Humanitárias, destinado a apoiar os agregados afetados por morte ou incapacidade em serviço, medida que, na prática, já se encontra implementada, conforme se verifica:

O art.º 8.º do Decreto-lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que estabelece o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território nacional, prevê expressamente que:

1- O Estado garante às Famílias dos bombeiros voluntários que venham a falecer, por acidente ocorrido no exercício da atividade de bombeiro ou por doença contraída ou agravada no seu desempenho, ou por causa dele, uma pensão de preço de sangue (...);
2- Origina ainda o direito à pensão de preço de sangue a incapacidade absoluta e permanente para o trabalho quando tal resulte de ferimentos ou acidentes ocorridos no desempenho da sua missão;
3- (...).

De acordo como disposto no artigo 46.º do Decreto-lei n.º 241/2007, de 21 de junho, na sua redação atual, os encargos com o pagamento da Pensão Preço de Sangue, são suportados pelo Fundo de Proteção Social do Bombeiro, gerido pela Liga dos Bombeiros Portugueses, para o qual a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) transfere mensalmente uma verba. O PSD acompanha e partilha as preocupações manifestadas pela Liga dos Bombeiros Portugueses no que se refere à gestão e sustentabilidade deste Fundo, reconhecendo a importância de assegurar a sua adequada operacionalização.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do PSD não acompanhou a presente iniciativa legislativa, porque a medida preconizada no Projeto de Resolução do CHEGA já se encontra devidamente prevista e regulamentada, lamentando-se o aproveitamento e oportunismo político desse partido.

As (Os) Deputadas (os) do PSD, *Hugo Soares — António Rodrigues — João Antunes dos Santos — Fernando Queiroga*.

Relativa ao Projeto de Lei n.º 168/XVII/1.ª:

O PCP votou contra o Projeto de Lei n.º 168/XVII/1ª, que o Chega apresentou, que proíbe a comercialização de madeira ardida resultante dos incêndios florestais. Uma iniciativa que não só não responde às questões centrais que se colocam em matéria de prevenção e combate aos incêndios florestais, como cria novos problemas, particularmente aos pequenos agricultores e proprietários florestais que foram atingidos pelos incêndios.

Invocando aproveitamentos que ocorrem nestas circunstâncias, a proposta apresentada pelo Chega não aborda a questão central que se relaciona com o preço das matérias lenhosas e o domínio que os grupos monopolistas — do setor da madeira, papel e cortiça — têm sobre esse mercado, prejudicando os pequenos e

médios proprietários. O GP (Grupo Parlamentar) do PCP relembra aliás, as múltiplas iniciativas que foi apresentando visando a regulação dos preços no mercado das produções lenhosas, combatendo a posição dominante destes grupos económicos.

O PCP reafirma que a questão essencial para a prevenção e combate aos incêndios florestais passa pela execução de medidas há muito identificadas, incluindo as que foram recomendadas pela Comissão Técnica Independente constituída no seguimento dos incêndios de junho e outubro de 2017.

Importa avançar com a diversificação da floresta, a implementação de áreas de gestão de combustível, os condomínios de aldeia, o programa de áreas integradas de gestão da paisagem e a conclusão do cadastro rústico.

No campo da produção lenhosa, a solução não é a proibição da comercialização da madeira ardida, medida que apenas seria mais um acrescento aos vários prejuízos que os pequenos e médios produtores já sofreram, mas o combate ao domínio que os grupos económicos fazem sobre o preço da madeira.

Como o PCP tem defendido, a solução passa pela criação de parques de receção de produção lenhosas para garantir aos pequenos e médios produtores a venda da madeira ardida a preços justos e regulados.

Os Deputados do PCP, *Alfredo Maia — Paula Santos*.

Relativa aos Projetos de Lei n.os 124/XVII/1.ª, 144/XVII/1.ª, 173/XVII/1.ª, 211/XVII/1.ª, 133/XVII/1.ª, 163/XVII/1.ª, 172/XVII/1.ª, 230/XVII/1.ª e aos Projeto de Resolução n.os 252/XVII/1.ª e 305/XVII/1.ª:

No dia 25 de setembro de 2025, a Assembleia da República votou, em sessão plenária, as seguintes propostas:

1. Projeto de Lei n.º 173/XVII/1.ª (CH) — Aumenta a moldura penal do crime de incêndio florestal e equipara os incendiários a terroristas;
2. Projeto de Lei n.º 211/XVII/1.ª (CH) — Estrutura dos quadros das associações humanitárias de bombeiros, carreira e estatuto remuneratório dos bombeiros voluntários;
3. Projeto de Lei n.º 163/XVII/1.ª (PAN) — Torna obrigatória a imposição de pulseira eletrónica aos condenados pela prática do crime de incêndio florestal que estão em liberdade, alterando o Código Penal;
4. Projeto de Lei n.º 172/XVII/1.ª (PCP) — Reforça os direitos e regalias dos bombeiros, procedendo à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território nacional e à quarta alteração à Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto, que define as regras do financiamento das associações humanitárias de bombeiros;
5. Projeto de Resolução n.º 305/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a criação de uma Unidade de Missão para a Reorganização Estrutural do Setor Operacional dos Bombeiros;
6. Projeto de Lei n.º 124/XVII/1.ª (CH) — Atribui a qualificação de profissão de desgaste rápido, bem como a atribuição de subsídio de risco, aos Bombeiros de Associações Humanitárias e aos Sapadores Florestais;
7. Projeto de Lei n.º 144/XVII/1.ª (CH) — Define o regime de horário de trabalho dos bombeiros sapadores das autarquias locais e reconhece a profissão como de risco e de desgaste rápido, bem como o regime de aposentação ou reforma;
8. Projeto de Resolução n.º 252/XVII/1.ª (CH) — Recomenda a criação de um Fundo Nacional de Proteção às Famílias dos Bombeiros das Associações Humanitárias, destinado a apoiar os agregados afetados por morte ou incapacidade em serviço;
9. Projeto de Lei n.º 133/XVII/1.ª (PCP) — Reconhece a profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido (oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril);
10. Projeto de Lei n.º 230/XVII/1.ª (BE) — Atribui aos bombeiros o estatuto de profissão de risco e de desgaste rápido, confere o direito ao subsídio de risco e penosidade e à cumulação de suplementos remuneratórios e antecipa a idade da reforma.

A Iniciativa Liberal reconhece, desde sempre, a importância essencial dos bombeiros e manifesta profunda gratidão a todos aqueles que, diariamente, protegem as vidas e os bens dos portugueses. No entanto, não se revê na forma ilusória e superficial como o tema dos bombeiros e dos incêndios tem sido tratado. Apesar de as propostas se multiplicam, os problemas de fundo mantêm-se: evita-se enfrentar as questões estruturais e prefere-se apresentar medidas imediatistas que, tendo boas intenções, adiam os problemas estruturais do setor.

Assim, o debate tem-se limitado a anunciar a distribuição de mais dinheiro e mais benefícios, acompanhado de declarações de valorização que disfarçam a desorientação geral que existe relativamente ao rumo que é necessário dar aos bombeiros e à Proteção Civil. Porém, o Relatório do Tribunal de Contas é claro e inequívoco quanto aos pontos que realmente necessitam de ser discutidos e corrigidos. Ignorar estas reformas estruturais não é apenas uma injustiça para os bombeiros — é também uma injustiça para todos os portugueses.

A Iniciativa Liberal tem reiterado, em cada debate sobre os bombeiros, que a prioridade deve ser a resolução da caótica organização do setor. É indispensável definir critérios nacionais de distribuição, estabelecer padrões mínimos de operacionalidade e garantir transparência na utilização dos fundos públicos.

O Relatório do Tribunal de Contas confirma estas fragilidades: revela que as políticas públicas de financiamento dos bombeiros comprometem a existência de um serviço com cobertura efetiva a nível nacional, não definem padrões de desempenho ajustados ao risco e às características do território e, por consequência, impedem que se conheça o verdadeiro custo dos meios humanos, técnicos e materiais necessários para cumprir essa missão.

Infelizmente, não existe uma estratégia que assegure níveis mínimos de qualidade e prontidão em todo o território nacional. Isto gera uma profunda injustiça: o sistema não consegue aproveitar plenamente o valor dos nossos bombeiros, que muitas vezes não estão onde fazem mais falta ou não dispõem dos recursos adequados, ficando até expostos a riscos acrescidos.

As desigualdades territoriais são igualmente evidentes. O financiamento provém ora da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, ora dos municípios — e quem mais pode, mais dá; quem menos pode, menos dá. No entanto, são precisamente os municípios mais frágeis aqueles que enfrentam com maior frequência incêndios florestais. Para este problema, não foi apresentada qualquer solução.

A Iniciativa Liberal não tem qualquer objeção de princípio a um aumento do financiamento aos bombeiros. Considera, sim, que é necessária e urgente uma revisão dos termos e dos critérios em que este financiamento é concedido, para benefício dos portugueses e dos próprios bombeiros, salvaguardando proporcionalidade nos meios empregues, justiça nos benefícios concedidos, e eficácia na salvaguarda do interesse dos portugueses.

Quanto à qualificação da profissão de bombeiro como de desgaste rápido, a Iniciativa Liberal apresentou, nesta legislatura, uma proposta que estabelecia critérios claros e objetivos para essa definição. Essa proposta pretendia pôr fim à classificação discricionária de diferentes profissões, garantindo que a avaliação fosse feita tendo em conta as funções efetivamente desempenhadas. Há outras funções essenciais que também podem estar sujeitas à classificação de desgaste rápido; para isso, é necessária uma definição geral no Código do Trabalho, conforme foi proposto pela Iniciativa Liberal. Infelizmente, esta mesma proposta foi rejeitada, mantendo-se a lógica casuística, o que pode gerar várias injustiças, não só entre profissões como entre profissionais.

A Iniciativa Liberal reconhece os problemas estruturais e a necessidade urgente de rever o sistema com medidas transformadoras. É imprescindível criar um quadro legal que permita reestruturar o modelo organizativo dos corpos de bombeiros, assegurando maior coesão territorial. Isso implica definir um modelo de serviços operacionais adequado à escala municipal, assente na profissionalização e formação dos recursos humanos, bem como estabelecer, de forma integrada, os níveis de financiamento público e as responsabilidades pelo controlo da sua aplicação.

Infelizmente, abundam as evidências de que nunca foi esse o caminho escolhido. Apesar dos sucessivos debates, continuam a surgir propostas vazias de conteúdo, que ignoram contributos essenciais e não respondem às necessidades do modelo que vigora atualmente em Portugal. Os bombeiros merecem um diálogo mais sério e aprofundado sobre a estrutura do seu setor. Propostas de financiamento avulso, sem reformas estruturais, são um erro que prejudica bombeiros e cidadãos, e demonstram falta de responsabilidade e de respeito para com quem defende diariamente os portugueses.

Por estas razões, a Iniciativa Liberal votou contra as propostas em discussão.

Os Deputados da Iniciativa Liberal, *Rui Rocha — Angélique Da Teresa — Carlos Guimarães Pinto — Joana Cordeiro — Jorge Miguel Teixeira — Mariana Leitão — Mário Amorim Lopes — Miguel Rangel — Rodrigo Saraiva*.

Nota: *As declarações de voto anunciadas pelo Deputado do PS Pedro Delgado Alves, pela Deputada do L Isabel Mendes Lopes e pela Deputada do PAN Inês de Sousa Real, não foram entregues no prazo previsto no n.º 4 do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República.*

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.